

ATA N.º 02/2026

ATA SESSÃO ORDINÁRIA DE FEVEREIRO DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,  
REALIZADA NO DIA 27 DE FEVEREIRO DE 2026:

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, no Centro Cívico Intergeracional Professor Rogério Cação, sito na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 6, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Emanuel de Sousa Bandeira (PSD), Patrícia Alexandra Santos Silvestre (PSD) e Ricardo Emanuel Gonçalves Viola (PSD), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, António Manuel Prioste Salvador (PSD), Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), João Manuel Bernardo Grilo (PSD) e Teresa Cecília Batista Lopes (PSD), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, Serra d'El-Rei, Ferrel e Peniche, e dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Manuel Quinta Martins Salvador (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS), Cristina Isabel Silva Pereira (PSD), Filipe Maia Henrique (CHEGA), João Manuel de Jesus Gomes (PS), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Adriana Inês Santana Delgado (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Helena Isabel Andrade Santos (CDU), Márcio José Macatrão Marques (PSD), Pedro José Valinha Sampaio (CHEGA), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Mark Paulo Rocha Ministro (PSD), Humberto Manuel Costa Ferreira (PS), Maria da Conceição Sousinha Carinhas (PS), Bruno Pinto Cruz (PSD) e Ana Maria da Silva Gonçalves Neves Rasteiro (CHEGA), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos, a qual integra as alterações introduzidas no decurso da sessão, com a anuência de todos os membros presentes:

1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo (**Apreciado**);

2) Apresentação de pedidos de esclarecimento à Câmara Municipal por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia (**Apresentados**);

3) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para atribuição de apoio financeiro à Freguesia de Serra d'El-Rei, para a aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias (**Aprovado, por maioria, com vinte e dois votos a favor e três abstenções**);

4) Representantes dos Grupos Municipais (**Tomado conhecimento**);

5) Dinamização da Assembleia Municipal Jovem (**Tomado conhecimento**);

6) Apreciação e votação da recomendação à Câmara Municipal para a adesão do Município à ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais (**Aprovado por unanimidade**);

7) Apreciação e votação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal de

Peniche, para o mandato de 2025-2029 (**Aprovado, por maioria, com vinte votos a favor e quatro votos contra**);

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para alteração heráldica (**Aprovado por unanimidade**);

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Fluxo de Caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano 2025 (**Aprovado, por maioria, com vinte e um votos a favor e três abstenções**);

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2026 dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2026 (modificação 1) (**Aprovado, por maioria, com vinte votos a favor e quatro abstenções**);

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Estrutura Orgânica do Município de Peniche e Regulamento de Organização dos Serviços (**Aprovado, por maioria, com catorze votos a favor e dez abstenções**);

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2026 (**Aprovado, por maioria, com catorze votos a favor e dez abstenções**).

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e dezoito minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

A senhora Helena Isabel Andrade Santos (CDU) encontrava-se a substituir a senhora Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU) que comunicou a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

O senhor Miguel Ângelo Silva Bento Sousa (CDU) por ser o membro que se seguia na respetiva lista, também comunicou a sua ausência.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, e os Vereadores, senhores Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ricardo Jorge Ribeiro Rosado (PSD), Paulo Jorge Ferreira Vitorino (PSD), Ana Rita Trindade Petinga (PS), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS) e Thiago Soares Felgueiras (CHEGA).

A sessão foi secretariada pela Chefe de Divisão de Administração e Finanças do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Alberto Bombas Amador, eleito pela Coligação Democrata Unitária, saiu da sala zero horas e cinco minutos, não tendo participado na votação dos pontos seis (6) a doze (12) da ordem de trabalhos.

### APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 8/2025, respeitante à sessão extraordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2025, a ata n.º 9/2025, respeitante à sessão ordinária, realizada do dia 18 de dezembro, e a ata n.º 1/2026, respeitante à sessão extraordinária, realizada no dia 12 de janeiro de 2026, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos

textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, as atas em apreço, constatarem-se os seguintes resultados:

Ata n.º 8/2025 – Aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor.

Ata n.º 9/2025 – Aprovada, por unanimidade, com vinte e três votos a favor.

Ata n.º 1/2026 - Aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor.

Apenas participaram na aprovação das atas os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na respetiva sessão, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro.

### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira, fez um comunicado, a propósito dos fenómenos meteorológicos que passaram pelo concelho:

*«Na madrugada de 28 de janeiro, o nosso concelho foi afetado pela tempestade Kristine que provocou danos significativos em algumas estruturas da nossa comunidade.*

*Em nome da Assembleia Municipal quero expressar o mais profundo agradecimento e apreço a todos os nossos autarcas, agentes da Proteção Civil, forças de segurança, bombeiros, colaboradores do Município e Juntas de Freguesia pelo elevado sentido de missão quando estiveram no terreno a prestar auxílio às nossas populações.*

*Reforço igualmente a importância da estreita colaboração entre os diferentes Órgãos Autárquicos ao garantir respostas rápidas às necessidades da população. Perante as adversidades, todo o poder local revelou uma notável coesão e unidade. É de louvar e de registar.*

*Como Presidente desta Assembleia contactei todos os autarcas das Juntas de Freguesia manifestando a minha solidariedade institucional e disponibilidade.*

*Destaco ainda a solidariedade e apoios revelados pelas iniciativas da Autarquia, Juntas de Freguesia, Associações, Escolas, Instituições e cidadãos nesta causa social, uma generosidade notável. Estes gestos dizem muito quem nós somos, um povo solidário, próximo e sempre disponível para ajudar.*

*Tive a iniciativa de endereçar, por email, uma mensagem de apoio e de solidariedade institucional a todas as Assembleias Municipais dos concelhos que estiveram em estado de calamidade e que, em resposta, muitos deles nos manifestaram gratidão e apoio recíproco.*

*Não posso deixar de assinalar que mesmo perante este contexto particularmente atípico, os nossos concidadãos demonstraram um elevado sentido cívico ao participarem nos recentes atos eleitorais para a eleição do Presidente da República. A forma serena e responsável com que os 13.403 eleitores, no segundo sufrágio, exerceram o seu direito de voto, tal como no primeiro sufrágio, constituiu um claro sinal de vitalidade da nossa democracia. Às pessoas que integraram as 29 secções de voto, deixo igualmente uma palavra de reconhecimento pelo seu contributo cívico.*

*Institucionalmente, ao Senhor Presidente da República eleito, uma palavra de felicitação, desejando sucesso no exercício das altas funções que assumirá ao serviço de Portugal num contexto nacional e internacional particularmente exigentes.*

*Aos portugueses que em resultado das tempestades e das cheias perderam a vida, proponho ao plenário a cedência de um minuto de silêncio em sua homenagem.»*

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

**PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:**

O senhor Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira, deu conta do expediente recebido:

- Receção de um email do Senhor Luís António Paulino Ribeiro com uma exposição e um abaixo-assinado relativamente à antena de São Bernardino, fruto da sua intervenção na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 18 de dezembro de 2025;

- Receção de um email do Senhor Dr. Paulo Braga, Secretário-Geral da Associação Nacional de Municípios Portugueses com a Circular n.º 1/2026/PB, relativa ao início das suas funções, reiterando a total disponibilidade na articulação com os Municípios através de contactos diretos para comunicações com esta associação;

- Receção de dois emails da Senhora Dra. Tânia Morato, Subdiretora Geral da Direção Geral das Autarquias Locais, um deles a solicitar o preenchimento de um ficheiro Excel da composição da mesa eleitoral para o acolhimento do ato eleitoral, realizado no dia 12 de janeiro de 2026, para a eleição da Presidente da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, e um outro com toda a documentação necessária a este ato eleitoral;

- Receção de um email do Senhor Dr. Paulo Simões, Primeiro Secretário da Comunidade Intermunicipal do Oeste, onde informa o dia, o local e o horário para a eleição indireta de Vice-Presidente da CCDR-LVT;

- Receção de um email do Senhor Presidente da Direção da União Desportiva e Cultural de São Bernardino, Professor Vítor Agostinho, com um ofício prestando esclarecimentos sobre o processo de instalação da antena de comunicações no campo de futebol da União Desportiva e Cultural de São Bernardino, o qual foi enviado a todos os membros da Assembleia Municipal por solicitação do próprio;

- Receção de um email da Senhora Elodi Costa, do Secretariado de Apoio aos Órgãos Dirigentes da Associação Nacional das Assembleias Municipais, no âmbito do reforço da proximidade institucional e da criação de uma base de dados de contactos atualizada, solicitando o contacto e o email pessoal do Presidente da Assembleia Municipal;

- Receção de um email, por indicação do Senhor Presidente da Assembleia Municipal do Funchal, Dr. José Lúcio Nunes, manifestando solidariedade ao nosso município na sequência da catástrofe provocada pela tempestade Kristin;

- Receção de um email do Senhor Dr. Vítor Figueiredo, Presidente da Assembleia Municipal de São Pedro do Sul com uma moção intitulada "*Em defesa dos agricultores das comunidades rurais e de equilíbrio do território*";

- Receção do email do Senhor Dr. António Afonso, Secretário-Geral da Associação Nacional das Assembleias Municipais onde propõe a formalização do pedido de adesão do nosso município a esta associação;

- Receção de vários emails de resposta, por parte de Presidentes de Assembleias Municipais de vários concelhos, relativamente ao comunicado que lhes foi dirigido;

- Receção do Jornal "A Voz das Misericórdias", Edições n.º 1 e 2/2026;

- Receção do Jornal da Associação de Deficientes, de fevereiro de 2026;

- Por fim, o Boletim da ANMP, nova série n.º 10/2021-2025.

**APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO,**

**SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):**

Em nome da Bancada do Partido Social Democrata, e da Freguesia de Peniche, fez um reconhecimento público pelo serviço prestado pelos Bombeiros Voluntários de Peniche, um serviço excecional, com empenho, dedicação e profissionalismo demonstrados aquando da tempestade Kristin.

Deixou, também, uma palavra de reconhecimento aos funcionários municipais, à Proteção Civil e aos funcionários das quatro Juntas de Freguesia.

Apresentou, em nome da Bancada do Partido Social Democrata, e da Freguesia de Peniche, o profundo e público pesar pelo falecimento do Senhor José António Bellegarde Bello Conceição.

Solicitou que a Assembleia Municipal endereçasse aos familiares votos de condolências.

Propôs que se fizesse um minuto de silêncio em memória do Senhor José Bello.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio.

**Joaquim Farto (PS):**

Disse que o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou à mesa um voto de solidariedade que se prende com o teor da comunicação efetuada pelo Senhor Presidente da Mesa no início da sessão, que abaixo se transcreve:

*«O Grupo Municipal do Partido Socialista manifesta a sua solidariedade para com as populações afetadas pelo comboio de tempestades que assolou o nosso país, e de forma particular a região de Coimbra, Leiria e Oeste. As condições de vida e o património destas populações foram gravemente afetadas. Manifestamos, igualmente, a nossa solidariedade e uma palavra de gratidão aos nossos autarcas, funcionários, forças e serviços de segurança e proteção civil, bombeiros e entidades públicas, sociais e privadas que estiveram e ainda estão a cooperar na reposição e recuperação de infraestruturas e equipamentos públicos e privados. O seu empenho nas operações de socorro e limpeza foram e continuam a ser de extrema importância para o regresso das populações ao seu bem-estar e regresso à atividade da vida diária.*

*Bem hajam!*

*Lamentamos, contudo, a inoperabilidade de infraestruturas essenciais, como a rede elétrica e telecomunicações, que perante uma situação de catástrofe se revelam incapazes de dar resposta às populações nas zonas mais críticas.»*

**Ana Batalha (PS):**

Disse que a Bancada do Partido Socialista, perante o falecimento do nosso conterrâneo José António Bello Conceição, no passado dia 09 de fevereiro, aos 72 anos, vem desta forma propor à Assembleia Municipal de Peniche a aprovação do seguinte voto de pesar:

*«Com o seu falecimento, Peniche perdeu um cidadão que foi um impulsionador da cultura musical local.*

*José António Bello Conceição foi durante décadas uma presença assídua nos eventos que animaram o nosso município. Através da sua empresa de equipamentos de som e iluminação dotou o concelho de uma capacidade técnica que permitiu a realização de espetáculos de elevada qualidade, estabelecendo uma colaboração exemplar e permanente com a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as diversas Associações locais.*

*A sua competência e profissionalismo eram o garante do sucesso de muitas das iniciativas que enriqueceram a nossa comunidade e que, pessoalmente, também teve a possibilidade de testemunhar nos dois anos em que teve, no mandato passado, o Pelouro da Cultura. O seu gosto pela música foi uma inspiração para muitos.*

*José Bello Conceição será recordado não apenas pela sua contribuição profissional, mas também pelas suas qualidades pessoais e humanas. Era uma pessoa de trato fácil, sempre disponível para ajudar, cujo espírito divertido e simpático o tornava querido por todos. Deixa um legado de amizade e uma sentida saudade.*

*A Bancada do Partido Socialista endereça à sua família e amigos as mais sentidas condolências, propondo que esta Assembleia Municipal se associe a este voto de pesar.»*

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Apresentou um voto de felicitação à equipa de matraquilhos da União Desportiva e Cultural de São Bernardino, que participou recentemente num campeonato mundial da modalidade, realizado em Itália, tendo alcançado um lugar entre os dezasseis primeiros classificados.

Apresentou igualmente um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Carlos Manuel Inácio. Referiu que o Dr. Carlos Inácio marcou várias gerações, sendo reconhecido como um médico amigo e muito dedicado, que exerceu medicina em Peniche, na Serra d'El-Rei e noutras localidades do concelho. Manifestou, por isso, profundo pesar por tudo aquilo que representou para a comunidade, solicitando que fossem endereçadas à sua família e amigos as mais sentidas condolências.

Associou-se ainda aos votos anteriormente formulados, nomeadamente no que respeita ao que aconteceu com a tempestade Kristin, sublinhando tratar-se de um voto de solidariedade e de reconhecimento, mas também de alguma tristeza. Referiu que ainda subsistem diversas situações por resolver no concelho, mencionando, a título de exemplo, cabos suspensos, problemas na iluminação pública e infraestruturas da Portugal Telecom sustentadas apenas por cabos. Nesse sentido, salientou que, do seu ponto de vista, a situação ocorrida no dia 28 de janeiro continua por resolver.

**Filipe Maia (CHEGA):**

No enquadramento das intervenções proferidas anteriormente, o Grupo Municipal do Chega associou-se ao voto de louvor dirigido aos operacionais que estiveram na linha da frente durante as intempéries que assolaram o concelho, destacando igualmente, de forma elogiosa, os membros do Executivo que acompanharam in loco todas essas operações.

Associaram-se também à nota de pesar pelo falecimento do Senhor José Bello, recordando com respeito a sua pessoa e o contributo marcante que deixou na comunidade.

**APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:**

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

**Mark Ministro (PSD):**

Partilhou que, na última Assembleia Intermunicipal, foi sugerido pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal que a OesteCIM pudesse equacionar a realização de uma reunião temática dedicada à discussão do tema dos transportes. Referiu que, na sua opinião, se trata de um tema relevante que deveria ser consensualizado em sede de Assembleia Municipal ou em conferência de líderes promovendo-se uma discussão prévia com vista à preparação deste assunto, caso o mesmo possa surgir.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Manifestou perplexidade perante a situação que se tem verificado com o Hospital de Peniche, referindo que, uma vez mais, em pleno domingo de Carnaval, a unidade hospitalar se encontrou encerrada. Considerou que esta situação não pode continuar a ocorrer, defendendo que chegou o momento de dizer “basta”, o que, no seu entendimento, implica mobilização pública. Nesse sentido, afirmou que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal devem articular-se para promover uma manifestação em defesa do Hospital de Peniche, lembrando que não seria a primeira iniciativa desse tipo, mas sim a quarta. Declarou não concordar nem aceitar a ausência de uma ação pública de protesto em defesa da qualidade dos cuidados de saúde no concelho de Peniche.

Questionou igualmente se existe alguma evolução relativamente ao número de médicos a exercer no concelho, sublinhando que a situação atual não pode manter-se. Referiu que o concelho conta praticamente com os mesmos médicos há muitos anos e recordou ainda a recente perda do Senhor Dr. Carlos Inácio, reforçando a necessidade urgente de encontrar soluções para este problema.

No que respeita à rede viária, relatou que, apenas nesse dia, entre a Serra d'El-Rei e os Casais de Mestre Mendo, rebentaram três pneus devido ao estado da estrada, considerando esta situação inaceitável. Defendeu que são necessárias medidas excecionais para um problema excepcional, sugerindo que, caso não haja intervenção imediata, a via deveria ser encerrada ao trânsito ou adotadas medidas que garantam a segurança rodoviária.

Acrescentou ainda que o IP6 se encontra num estado que classificou como lastimável, não assegurando condições adequadas de segurança para quem ali circula. Referiu que os condutores são frequentemente obrigados a circular sobre o eixo da via para evitar os buracos existentes, defendendo que a Infraestruturas de Portugal deve esclarecer qual a intervenção prevista. Mencionou ter conhecimento da existência de um orçamento de cinco milhões de euros destinado a essa estrada e questionou se essa verba será efetivamente executada ou se continuará a haver sucessivos adiamentos que acabam por prejudicar os municípios de Peniche e de Óbidos, salientando que a situação exige soluções concretas.

Relativamente à tempestade *Kristin*, defendeu que deve ser promovida uma reunião com as empresas responsáveis pela recuperação das infraestruturas afetadas, com o objetivo de exigir a apresentação de um cronograma de intervenções. Acrescentou que existem ruas na Freguesia da Serra d'El-Rei que continuam sem iluminação pública,

sublinhando que esta situação representa também um problema de segurança para a população.

**Joaquim Farto (PS):**

Começou por fazer referência à existência de alguns imóveis devolutos à entrada da cidade, salientando que dois se encontram em vias de resolução, o que considerou positivo, aproveitando para saudar a iniciativa e o empenho do Senhor Presidente da Câmara na procura de soluções. Contudo, assinalou a existência de um terceiro imóvel, localizado junto ao cordão dunar, designadamente o Taskareia ou D. João V, questionando quais as intervenções previstas ou se existe algum projeto definido para aquele espaço.

Referiu ainda ter tomado conhecimento, através de comentários nas redes sociais, de alguma instabilidade no seio do Executivo. Observou que os conflitos nas instituições são inevitáveis, na medida em que decorrem da diversidade de vontades, perceções e formas de atuação próprias de qualquer contexto humano. Sublinhou, no entanto, que o verdadeiro desafio reside na capacidade de manter a razão e o equilíbrio perante eventuais situações de desordem. Nesse sentido, questionou se a Assembleia Municipal poderia desempenhar algum papel de apoio, colocando à disposição os contributos da Bancada do Partido Socialista para colaborar de forma construtiva na superação de eventuais dificuldades internas. Manifestou o seu pesar, referindo que, apesar de se tratar de uma fase inicial do mandato, tem apreciado a postura da governação da equipa liderada pelo Senhor Presidente da Câmara, mostrando-se, contudo, preocupado com o surgimento de dificuldades decorrentes de desacordos desnecessários. Acrescentou que, por vezes, é necessário dar um passo atrás para permitir avanços mais sólidos no futuro, bem como demonstrar humildade na identificação e correção de eventuais erros. Referiu ainda que muitos conflitos resultam de diferentes interpretações das situações, uma vez que aquilo que pode parecer evidente para uns pode assumir uma perspetiva distinta para outros, consoante o ponto de vista adotado.

Por fim, dirigiu um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, reconhecendo tratar-se de uma matéria de gestão interna que deve ser tratada com a devida sensibilidade. Esclareceu que não pretende obter esclarecimentos formais sobre o assunto, mas manifestou disponibilidade para ouvir e colaborar, caso tal seja considerado oportuno, concluindo que a sua intervenção teve um carácter construtivo e não crítico.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Iniciou dirigindo uma palavra especial ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que atravessa um momento familiar difícil, apresentando, em seu nome e em nome do Executivo, sentidas condolências a toda a sua família. Agradeceu ainda o seu sentido de missão e a sua presença na sessão, reconhecendo a dificuldade do momento.

Agradeceu as questões colocadas, em particular a intervenção do Senhor Deputado Joaquim Raul, referindo que esta lhe permitia, desde logo, deixar uma nota positiva e de otimismo, partilhando o clima tranquilo que, naquele momento, se vivia na equipa. Agradeceu ainda a disponibilidade demonstrada, que considerou genuína, reconhecendo, contudo, que na última reunião de Câmara ocorreu um conjunto de situações que geraram alguma entropia dentro da equipa. Referiu que tal é natural, à semelhança do que acontece no seio familiar, onde por vezes surgem momentos de desconforto, sublinhando que, tal como partilhou nessa reunião, os problemas de equipa,

tal como os problemas de família, resolvem-se internamente. Afirmou que a situação se encontra resolvida, referindo que a equipa está unida, composta por sete elementos, quatro dos quais eleitos pelo Partido Social Democrata, cuja lista teve a honra de encabeçar, encontrando-se a trabalhar de forma responsável e construtiva em prol da terra. Acrescentou que estão em sintonia, respondendo assim a eventuais dúvidas que pudessem surgir, reforçando que, tal como em qualquer família, podem existir mal-entendidos, não sendo esta uma exceção.

Relativamente à questão colocada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, relativamente à saúde, agradeceu a intervenção e informou que, no próprio dia, teve oportunidade de reunir com a Senhora Presidente da Unidade Local de Saúde do Oeste. Referiu que já havia sido apresentada, em nome da Câmara Municipal, uma proposta no sentido de garantir o funcionamento contínuo do serviço de urgência básica, atualmente encerrado vários dias por semana, situação que considerou insustentável. Sublinhou que o seu compromisso é com o concelho, independentemente da cor política do Governo Central. Explicou que, desde o início, estabeleceu contacto com a Unidade Local de Saúde, numa reunião anterior, questionou o que poderia a Câmara Municipal fazer para garantir a abertura permanente do serviço. Foi-lhe transmitido que tal dependeria de um esforço financeiro para cofinanciar o pagamento dos médicos, permitindo aumentar o valor pago por hora. Indicou que esse valor adicional seria de 15 euros por hora, o que, considerando o funcionamento contínuo, representa um investimento anual na ordem dos 260 mil euros para dois médicos. Referiu que, perante essa informação, manifestou de imediato disponibilidade para avançar com essa solução dizendo "onde é que eu assino". Considerou que pela saúde e o hospital para o concelho, vão onde for preciso. Não excluindo a necessidade de, posteriormente, diligenciar junto das entidades centrais para assegurar o financiamento adequado, tendo em conta que o serviço abrange uma área para além do concelho. Informou ainda que a Senhora Presidente da Unidade Local de Saúde indicou que terá lugar uma reunião no dia 09 de março com as equipas médicas, já desafiadas nesse sentido, podendo daí resultar desenvolvimentos positivos, admitindo a possibilidade de, a partir de 1 de abril, ser assegurado o funcionamento ininterrupto do hospital através de uma equipa dedicada.

No que respeita à rede viária, referiu tratar-se de uma situação resultante de anos de subinvestimento e falta de manutenção preventiva, agravada recentemente com a tempestade *Kristin*, sendo hoje visível o impacto acumulado desse passado. Reconheceu o problema, assegurando que o Executivo não foge às suas responsabilidades e que já se encontra a atuar. Salientou, no entanto, com transparência, que não é possível resolver todos os problemas num único orçamento municipal. Ainda assim, informou que para 2026 estão previstas diversas intervenções, através de empreitadas, incluindo a Avenida 25 de Abril, a Rua de São Marcos e a Rua de Nossa Senhora da Conceição. Acrescentou que, por administração direta, estão também em análise intervenções em várias outras vias, nomeadamente a Rua da Filarmónica, a Rua da Carreira, a Rua dos Canteiros, a estrada de ligação à Atouguia da Baleia, a Rua Francisco Sá Carneiro, a Rua do Picadeiro na Consolação, a Avenida da Praia, a Rua da Bica e a Rua Mendo Fróis Osório. Referiu ainda uma intervenção na estrada dos Casais Mestre Mendo, a realizar através dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, devido à degradação significativa das infraestruturas. Salientou este assunto merece todo o cuidado do Executivo Municipal.

Por fim, relativamente ao Tasca Areia, informou, com transparência, que recebeu recentemente, juntamente com o Senhor Vereador Ricardo Rosado, um promotor interessado no processo, que questionou a possibilidade de o imóvel ser novamente colocado em hasta pública para arrendamento. Indicou que o processo está a ser reavaliado e que está em consideração a sua colocação no mercado de forma aberta, sendo posteriormente o mercado a determinar o futuro do imóvel.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Referiu que desconhecia a situação familiar vivida pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, aproveitando para reafirmar as palavras anteriormente proferidas pelo Senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, e apresentar as suas condolências.

Relativamente à questão do hospital, afirmou estar de acordo com o essencial, sublinhando a necessidade de garantir o seu funcionamento adequado, como a população necessita dele. Quanto à eventual solução de pagamento por parte do município, considerou que essa possibilidade poderá ser equacionada, mas apenas como último recurso. Defendeu que o Estado português dispõe atualmente de uma situação financeira favorável, com saldo positivo nos últimos anos, devendo, por isso, ser o Ministério da Saúde a assumir essa responsabilidade. Acrescentou que, quando se fala em unidades de saúde, está-se a falar diretamente da responsabilidade do Ministério da Saúde, o qual, no seu entender, tem capacidade financeira para assegurar o pagamento devido aos profissionais. Considerou, por isso, injustificável que tal ainda não tenha sido concretizado até ao momento.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Retorquiu, referindo que, naturalmente, a gestão da Junta de Freguesia compete ao respetivo Presidente e à sua equipa, tal como a gestão da Câmara Municipal compete ao Presidente da Câmara e à sua equipa, considerando tratar-se de uma evidência.

Reiterou que a Câmara Municipal mantém a disponibilidade já anteriormente manifestada, sublinhando que essa posição foi assumida desde o início e que a reafirma. Acrescentou, ainda, que a concretizar-se essa necessidade, se deslocará aos locais competentes, nomeadamente a Lisboa, para diligenciar junto das entidades responsáveis, tendo em conta que se trata de um equipamento cuja área de influência ultrapassa o concelho.

**Ana Rateiro (CHEGA):**

Em relação ao acompanhamento do Pelouro da Educação, questionou a atuação da CPCJ no caso ocorrido no Centro Escolar de Atouguia da Baleia, onde uma criança levou uma arma de fogo para a escola. No âmbito social, questionou o que se pretende fazer com a respetiva família.

**Humberto Ferreira (PS):**

No âmbito de um assunto já anteriormente abordado, relacionado com as intempéries, informou que existem vários postes de madeira, presumivelmente de telecomunicações, localizados entre o Alto do Veríssimo e a Atouguia da Baleia, alguns dos quais se encontram inclinados em direção à estrada, estando um deles inclusive partido e em situação próxima da via. Sublinhou que poderia tratar-se de uma situação

já do conhecimento da Câmara, mas entendeu por bem reforçar a informação para que possam ser desencadeadas as diligências necessárias junto das entidades responsáveis.

Manifestou satisfação pelo anúncio do arranque da obra do Parque de Campismo por parte do concessionário, considerando tratar-se de uma intervenção positiva para Peniche, já o era há 4 anos, e essa posição sempre foi defendida pelo Partido Socialista e não deixa de o ser por ter sido iniciada por outro executivo. Solicitou informações sobre a unidade de restauração Maresia, recordando que o tema foi debatido em várias reuniões no mandato anterior, referiu tratar-se de um estabelecimento com alguma relevância na entrada da cidade e mencionou que, à data, o concessionário tinha demonstrado satisfação de como estava a ser tratado. Nesse sentido, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se o tema foi abordado nas reuniões realizadas com o concessionário e se existe alguma informação adicional que possa ser partilhada.

**Paulo Balau (PSD):**

Criticou o facto de ter sido utilizada uma réplica por parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, utilizando tempo que não tem para, no seu entendimento, não acrescentar conteúdo relevante, considerando que teria sido preferível não intervir. Referiu que, perante um Presidente de Câmara que manifesta disponibilidade imediata para assinar um compromisso de cerca de 260 mil euros, o que deveria preocupar seria a resolução dos problemas identificados. Disse que a origem do financiamento, não é o importante e sim garantir a vinda de médicos e a resposta na área da saúde, mesmo que os valores fossem superiores. Concluiu afirmando que a intervenção anterior não foi adequada e que tal apenas prejudica quem a proferiu.

**Filipe Maia (CHEGA):**

Dirigiu-se inicialmente ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deixando-lhe uma palavra pessoal, evocando uma reflexão sobre a vida e a morte e citando uma frase atribuída a Fernando Pessoa, segundo a qual "*a morte é como uma curva na estrada, apenas deixamos de ver o carro que vai à frente*". Nesse sentido, transmitiu um abraço sentido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Emanuel Bandeira.

No que respeita às intervenções propriamente ditas, referiu a existência de situações relacionadas com construções clandestinas na zona da Almagreira, indicando que chegaram ao conhecimento do grupo municipal diversos relatos, acompanhados de imagens aéreas obtidas por drone, relativos à existência e expansão de habitações alegadamente clandestinas naquela área, que podem violar o Ordenamento do Território. Questionou, neste contexto, se o Executivo tem conhecimento da situação e, em caso afirmativo, que diligências estão a ser ou foram tomadas para averiguar os factos e repor a legalidade. Acrescentou ainda que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, João Grilo, poderia, caso tivesse conhecimento, prestar informações adicionais sobre o assunto.

Disse que tinha algumas questões da esfera de competências da Senhora Vereadora Cristina Leitão, nomeadamente o Canil Municipal. Solicitou informação sobre eventuais danos estruturais decorrentes das intempéries e se se daí resultaram ferimentos nos animais acolhidos, bem como se a situação se encontra atualmente normalizada.

Solicitou um ponto de situação do procedimento contratual relativo à contratação de um médico veterinário municipal e o calendário previsto para o novo concurso de adjudicação da construção do novo canil.

Por fim, salientou a necessidade de reforço de recursos humanos no canil municipal, nomeadamente através da mobilização de mais um funcionário para apoio à equipa existente, bem como a importância de aproximar o canil da população e de voltar a integrar voluntários no seu funcionamento.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Agradeceu todas as intervenções e votos dos senhores deputados dirigidos a si.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Referiu que, relativamente ao episódio ocorrido na escola da Atouguia da Baleia, após a ocorrência entrou em contacto com a direção da escola, tendo manifestado total disponibilidade e colocado todos os meios da Câmara Municipal à disposição para apoio. Acrescentou que se trata de um assunto acompanhado pela CPCJ e que, tendo em conta a sua natureza, não pode ser exposto publicamente, assegurando, contudo, que está a ser devidamente acompanhado e que as medidas tomadas respeitam o princípio da autonomia das escolas.

Relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Humberto Ferreira, agradeceu a intervenção e, no que respeita aos postes localizados na estrada, informou que recebeu uma mensagem, durante a própria reunião, de alguém que a acompanhava, dando conta de que a MEO entidade responsável já foi novamente contactada e que a situação deverá ficar resolvida durante a próxima semana.

Quanto ao estabelecimento comercial integrado na concessão do Parque de Campismo, referiu que se trata de uma questão que já tinha originado divergências no mandato anterior, nomeadamente entre si e a vereadora Cristina Leitão, aquando do processo de arrendamento em março de 2022, ao qual não foram favoráveis. Esclareceu que essa posição não se prendia com oposição ao investimento no Parque de Campismo, mas sim com o reconhecimento de um potencial conflito decorrente da coexistência de diferentes espaços arrendados que passaram a integrar uma única concessão. Explicou que, atualmente, a Câmara Municipal deixou de ter relação contratual com a empresa Resferper, associada ao estabelecimento Maresia, sendo essa relação assegurada pelo grupo Vale Paraíso, detentor da concessão do Parque de Campismo. Assim, sublinhou que a Câmara Municipal já não é a entidade senhoria desse estabelecimento. Reiterou que esta situação corresponde a um dos motivos por, anteriormente, não terem sido favoráveis ao processo e que, no seu entendimento, poderia ter sido evitada.

Por fim, relativamente às questões colocadas pelo Senhor Deputado Filipe Maia, referiu que passaria a palavra à Senhora Vereadora Cristina Leitão para prestar os esclarecimentos necessários.

**Vereadora Cristina Leitão (PSD):**

Relativamente à existência de danos no canil municipal, esclareceu que não se verificaram danos relevantes, tendo apenas a vedação exterior sofrido alguns estragos, os quais já foram, entretanto, reparados, encontrando-se os animais em boas condições. Quanto à questão do voluntariado, referiu que existe algum apoio prestado por estudantes e que, durante as férias, está prevista a vinda de um grupo de estudantes estrangeiros, nomeadamente escuteiros, que irão desenvolver atividades de voluntariado no canil municipal. Acrescentou que esta matéria depende também das condições existentes, sendo que melhores condições permitiriam acolher mais voluntários. No que

diz respeito ao médico veterinário, indicou que será necessário abrir o respetivo procedimento, embora, no momento, o serviço esteja assegurado através de um profissional que já desempenha essas funções. Relativamente ao canil e à futura solução para um CROA, referiu que a solução anteriormente apontada não se afigura viável, tendo em conta o elevado custo da obra, superior a um milhão de euros, ultrapassando o valor do empréstimo aprovado pela Assembleia Municipal. Acrescentou que o concurso foi lançado por duas vezes, tendo ficado deserto em ambas as ocasiões, o que constitui uma dificuldade. Informou que está atualmente em análise uma alternativa, que passa pela construção de um CROA noutra terreno, em formato modular, com um prazo de execução estimado de cerca de quatro meses, prevendo-se que no próximo ano possam existir desenvolvimentos sobre esta matéria. Concluiu afirmando que o assunto está a ser acompanhado com atenção e manifestando a intenção de o concretizar.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Pediu autorização ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, para que a Senhora Vereadora Cristina Leitão interviesse sobre a questão das construções alegadamente clandestinas na Almagreira.

**Vereadora Cristina Leitão (PSD):**

Relativamente à matéria das construções clandestinas, informou que brevemente será recebido o relatório final do IGAMAOT relativo a algumas edificações na Almagreira, na sequência de uma inspeção iniciada em 2012. Referiu que, na sequência desse relatório, o município está a preparar um procedimento com vista à reposição da legalidade de algumas dessas situações. Acrescentou que existe também sinalização de outras situações, as quais terão de ser analisadas em articulação com outras entidades competentes na matéria, cabendo ao município avaliar a forma de atuação mais adequada. Sublinhou que se trata de uma matéria complexa, da qual o município tem conhecimento e sobre a qual já se encontra a agir, não tendo, para já, mais elementos a acrescentar. Concluiu referindo que, em breve, no que respeita ao relatório do IGAMAOT, o município irá proceder às intervenções que lhe competem.

**Bruno Cruz (PSD):**

Começou por questionar sobre o ponto de situação das discussões relativas à instalação de um sistema de videovigilância (CCTV) em Peniche, considerando tratar-se de uma medida necessária que contribui para o reforço da segurança.

Em seguida, sugeriu a eventual transferência de semáforos que anteriormente se encontravam junto à Creche Colonial e na Rua dos Heróis do Ultramar para o cruzamento com a Rua Arquiteto Paulino Montez, a Rua dos Heróis do Ultramar e a Escola D. Luís de Ataíde, atendendo à frequência de sinistros rodoviários naquele local.

Por fim, relativamente à concessão do Parque de Campismo, questionou se está a ser ponderada a possibilidade de criação de preços especiais para residentes de Peniche, tendo em conta a inflação dos preços nos setores do turismo e da restauração, bem como o facto de aquele espaço ter tido, no passado, uma forte utilização por parte da população local.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Em relação à vídeo proteção, explicou que o primeiro passo passa pela celebração de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Polícia de Segurança Pública, sendo esse um procedimento prévio a todos os restantes. Informou que já foram realizadas reuniões técnicas nos meses de janeiro e fevereiro, com uma equipa técnica especializada e com a MEO, entidade cuja infraestrutura existente no território será parcialmente utilizada, ao abrigo de um protocolo que permite a cedência de condutas, evitando assim a necessidade de novas infraestruturas. Referiu que, na semana em causa, foram definidos os locais para instalação das câmaras de vigilância, indicou que o projeto será dividido em duas fases: uma fase prioritária, com 10 locais a serem cobertos, e uma fase complementar, com mais 30 locais. Acrescentou que o município aguarda agora a dimensão do investimento necessário, admitindo que não será possível concretizar a totalidade do projeto de imediato, sendo dada prioridade às zonas mais sensíveis, identificadas com base em dados de criminalidade e em articulação com a Polícia de Segurança Pública, a quem agradeceu o contributo prestado, destacando o papel do respetivo do comissário.

Relativamente à questão dos semáforos, informou que está prevista a sua realocação, encontrando-se essa matéria em estudo técnico com a empresa responsável, mas que dois desses equipamentos deverão ser instalados junto à escola do Filtro, na Avenida Mariano Calado, onde também serão colocadas almofadas redutoras de velocidade. Acrescentou que o município já adquiriu esse tipo de equipamentos e que a intenção é complementar essa intervenção com semáforos acionados para atravessamento pedonal, equipados com radar, com vista à redução da velocidade e ao reforço da segurança naquela zona.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Informou que no início da sessão, a mesa recebeu do Grupo Municipal do Chega a minuta de proposta que a seguir se transcreve:

*«Colocação de posto de iluminação e abrigo no Parque Canino de Peniche.*

*Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,*

*Considerando que o Parque Canino de Peniche constitui um espaço público municipal amplamente utilizado por diversos munícipes;*

*Considerando que têm sido manifestadas, junto dos eleitos municipais, várias solicitações por parte dos utilizadores daquele espaço, no sentido de serem melhoradas as condições de utilização e conforto;*

*Considerando a inexistência de iluminação pública adequada limita a utilização do Parque até um período mais alargado e em segurança, sobretudo no período de inverno e ao final da tarde;*

*Considerando ainda que a exposição ao vento e à chuva condiciona a permanência no local, não existindo atualmente qualquer estrutura de abrigo;*

*O Grupo Municipal do Partido Chega vem, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propor que a Assembleia Municipal delibere recomendar à Câmara Municipal dois pontos:*

*Ponto 1: a avaliação técnica e posterior instalação de um posto de iluminação pública ou solução equivalente no Parque Canino de Peniche.*

*Ponto 2: a instalação de uma estrutura simples de abrigo que proteja os utilizadores do vento e da chuva, garantindo melhores condições de conforto e utilização do espaço.*

*Trata-se de uma intervenção de custo previsivelmente reduzido, mas com impacto direto na qualidade do equipamento municipal, correspondente a um pedido concreto e legítimo dos utilizadores do Parque Canino.*

*Peniche, 27 de fevereiro de 2026.*

*Deputado Municipal do Chega, Filipe Maia.»*

**Filipe Maia (CHEGA):**

Agradeceu a disponibilidade para apresentar a proposta e solicitou que passassem à votação da mesma.

**Paulo Balau (PSD):**

Referiu não ter nada contra a proposta, longe disso, mas afirmou que não vê qualquer sentido de a Assembleia votar esta proposta, uma vez que a proposta é feita por um membro da Assembleia ao Executivo, cabendo ao Executivo acatar ou não acatar conforme entender. Acrescentou que não são os deputados que devem votar uma proposta de minuta do Senhor Deputado Filipe Maia, considerando que isso não faz sentido. Reiterou que não tem nada contra o deputado, nem contra os “cãezinhos”, nem contra o Parque da Cidade. Referiu que a recomendação está bem feita enquanto recomendação do Grupo Parlamentar do Chega, mas insistiu que, na sua opinião, a Assembleia não tem de votar a proposta.

**Presidente da Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Afirmou que este ponto deveria ter sido discutido no ponto dois da ordem de trabalhos. Acrescentou que, nesse enquadramento, qualquer membro da Assembleia pode apresentar uma proposta de recomendação à Câmara Municipal.

**Joaquim Farto (PS):**

Sugeriu que se fizesse um encontro entre os líderes de bancada para ultrapassar esta questão.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Propôs que a proposta fosse retirada e que fosse presente numa próxima sessão da Assembleia Municipal.

**Joaquim Farto (PS):**

Disse que o Senhor Vereador da Câmara Municipal eleito pelo Partido Chega poderia apresentar a proposta na Câmara Municipal.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Referiu que essa seria a melhor proposta.

**Presidente da Junta de Freguesia de Serra d’El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Referiu que, é a primeira vez que tal situação ocorre neste novo mandato, considerando que os colegas têm pleno direito de apresentar propostas de recomendação. No entanto, acrescentou que, na sua opinião, essa proposta deveria ter sido apresentada no ponto dois da ordem de trabalhos. Acrescentou, ainda, que a Coligação Democrata Unitária não vê qualquer inconveniente em que a proposta fosse previamente submetida à apreciação e aceitação, para depois ser votada, afirmando não existir problema nesse procedimento.

**Filipe Maia (CHEGA):**

Disse que para si e para quem utiliza o Parque Canino, é indiferente se a proposta é votada agora ou numa outra fase. Concluiu que o que importa saber é se existe abertura por parte do executivo para, pelo menos, ponderar este assunto.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu a praticidade para ultrapassar o formalismo, garantindo que segunda-feira iria falar com os serviços sobre o assunto. Adiantou que dependerá da complexidade técnica, mas agradeceu o contributo do Senhor Deputado Filipe Maia reiterando que fazia todo o sentido.

**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

O senhor Presidente da Mesa informou que, nos termos do n.º 4 do artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal, deve ser acautelado o prévio consentimento para a captação e difusão de filmagens, pelo que se considera autorizada.

De seguida deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

**SAMUEL FERREIRA:**

Referiu que a sua questão era sobre uma área já anteriormente referida, a zona da Almagreira. Afirmou que a zona se está a tornar incontável, sobretudo no verão, referindo que já foi colocado um sinal de proibido estacionamento, mas que o mesmo não é respeitado. Acrescentou que, no verão, existem carrinhas estacionadas, inclusive nas arribas, referindo que algumas já terão mesmo ido parar à praia, sublinhando, contudo, que esse não é o principal problema. Referiu que o problema maior é a falta de respeito pelas outras pessoas, nomeadamente pela deposição de detritos por toda a zona, em caminhos utilizados por pessoas que passeiam cães, circulam de bicicleta e outras atividades. Sublinhou que a zona tem grande potencial, que considera não estar a ser aproveitado, referindo que, apesar de ser uma zona associada ao surf, poderia ser uma grande área recreativa. Acrescentou ainda que a zona também está a ser afetada por construções ilegais, referindo que uma delas estará a menos de 100 metros das arribas, o que considera fora da distância de segurança. Afirmou que a situação está a transformar a área num “parque de campismo ilegal”, referindo que a realidade atual é muito diferente de há cerca de 10 anos. Por fim, referiu que já questionou a GNR sobre a fiscalização do estacionamento na zona, tendo-lhe sido dito que seria da competência da Polícia Marítima, acrescentando, que se for à Polícia Marítima provavelmente dizem que é da GNR.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu a pertinente questão colocada. Relativamente às construções ilegais, referiu o trabalho da Inspeção-Geral de Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), indicando que o município já foi notificado

para proceder à reposição da legalidade em algumas situações, estando o processo a decorrer.

No que diz respeito ao estacionamento abusivo, afirmou que existe no território uma “anarquia” relativamente às multas de estacionamento e aos autos levantados pelas forças de segurança, explicando que, com a transferência de competências, a cobrança das coimas passou a ser responsabilidade do município. Referiu que o município não criou inicialmente uma estrutura interna para essa cobrança, o que levou a situações de incumprimento, acrescentando que, na prática, quando as coimas não eram pagas voluntariamente, não havia seguimento eficaz. Explicou que o município celebrou um acordo com os CTT para assegurar a cobrança das coimas e o respetivo acompanhamento jurídico em caso de agravamento, afirmando que esse processo terminou com o sentimento de impunidade. Salientou que deste maneira constitui em receita para o município e o mais importante que é dissuadir quem tem este tipo de comportamento com consequências práticas e concretas com coimas que podem ser agravadas. Acrescentou ainda que este sistema permite reforçar a atuação das forças de segurança, que anteriormente se sentiam desmotivadas perante a falta de consequência na cobrança das coimas porque sabiam que a própria Câmara Municipal não era consequente. Reiterou que com este acordo com os CTT, o sentimento de impunidade vai acabar e as forças de segurança se sentem mais legitimadas e consequentes na sua ação.

No que diz respeito ao autocaravanismo, referiu que existe também um problema grave e desregulado no concelho, defendendo a necessidade de transformar o estacionamento desordenado numa receita estruturada para o município. Considerou o autocaravanismo positivo, mas que é necessário criar espaços próprios para as autocaravanas. Anunciou que o município está prestes a estabelecer uma parceria público-privada com a empresa Car Parking Europe. Indicou que se trata de uma rede com um milhão de utilizadores e forte presença digital, e que irá criar um primeiro parque de autocaravanas no concelho, com um investimento de cerca de 500 mil euros suportado pela empresa. Explicou que o município disponibiliza o terreno e a empresa infraestrutura o espaço com condições como CCTV e wireless, promovendo um autocaravanismo de qualidade, que isso que se pretende, sem impacto negativo e com criação de riqueza para a comunidade. Referiu que o parque terá cerca de 75 lugares, em princípio na Consolação, e que o arranque poderá acontecer ainda no verão. Acrescentou que o município não assume o risco do investimento, ficando com 30% das receitas, enquanto 70% revertem para o investidor, durante um período de 10 anos. Concluiu referindo que, findo esse período, todo o investimento e manutenção revertem-se para o município.

**HELENA PEREIRA:**

Em primeiro lugar, felicitou o Executivo pelo trabalho desenvolvido até ao momento, referindo que, apesar de ser ainda pouco tempo, é visível a dedicação à cidade. Acrescentou que, mesmo sendo pouca a obra visível, considera de louvar o cuidado do município em transmitir aos munícipes aquilo que tem feito, o que pretende fazer e os contactos que tem estabelecido para concretizar esses objetivos.

Abordou um assunto já abordado na sessão, relacionado com a situação ocorrida recentemente no Centro Escolar da Atouguia da Baleia. Na qualidade de mãe e membro da associação de pais do agrupamento, manifestou preocupação relativamente à forma

como o município pode intervir e apoiar não apenas aquele agrupamento, mas também outros agrupamentos e a escola secundária, no que diz respeito à segurança nas escolas. Sublinhou que essa é, neste momento, a principal preocupação, questionando de que forma entidades como os agrupamentos, o município e a CPCJ podem atuar para tranquilizar os pais face à situação ocorrida e reforçar a segurança das crianças.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Transmitiu uma mensagem de tranquilidade, explicando que, ao contactar com a direção da escola, recebeu essa mesma indicação, assegurando que a situação esteve sempre controlada e que não houve motivo para alarmismo, apesar de reconhecer que o episódio poderia gerar alguma tensão. Referiu que, respeitando a autonomia das escolas e a gestão das direções dos agrupamentos, se trata de uma matéria que está a ser acompanhada pela própria direção, no sentido de evitar que situações semelhantes voltem a ocorrer.

Da parte da Câmara Municipal, indicou que a sua primeira preocupação foi colocar-se à disposição da direção da escola para colaborar no que fosse necessário. Acrescentou que os serviços de Ação Social estiveram em articulação com a Guarda Nacional Republicana e com a CPCJ. Sublinhou que, por se tratar de um assunto sensível, não poderia desenvolver muito mais, mas reiterou a mensagem de tranquilidade.

Relativamente à segurança nas escolas, referiu que o município irá reforçar, em maio de 2026, o protocolo existente com a APAV, destacando que uma das prioridades será investir na prevenção nas escolas. Indicou que já reuniu com a entidade e que será feito um reforço significativo da verba associada ao protocolo, investindo assim através de equipas permitindo uma intervenção mais ativa em contexto escolar. Acrescentou ainda que está em curso um procedimento para a aquisição de uma viatura elétrica destinada ao programa Escola Segura da Polícia de Segurança Pública, com o objetivo de reforçar a mobilidade dos agentes na cidade. Referiu que este programa tem vindo a sofrer desinvestimento ao nível de meios, nomeadamente viaturas, e que essa necessidade foi identificada numa reunião com o responsável distrital da PSP. Quanto à zona rural, explicou que o programa Escola Segura da GNR abrange uma área muito mais vasta, desde Pataias até ao Bombarral, não fazendo sentido, no seu entendimento, que o município de Peniche financie isoladamente uma viatura para esse efeito, ainda por cima sendo elétrica, o que considerou pouco compatível com esse tipo de abrangência territorial. Concluiu referindo que pretende articular com outros municípios da Comunidade Intermunicipal do Oeste no sentido de avaliar uma ação conjunta para essa realidade.

**ROMÃO JOSÉ:**

Sobre o tema do autocaravanismo, considerou que o que foi dito, foi positivo, mas insuficiente. Acrescentou que também é autocaravanista e que valoriza os locais onde é bem recebido e onde existem condições, referindo que, no verão, passam cerca de mil autocaravanas pela zona. Nesse sentido, considerou que a solução prevista para a Consolação será insuficiente para responder à realidade do concelho, nomeadamente para Peniche. De seguida, convidou o Senhor Presidente da Câmara Municipal a, numa manhã de verão, percorrer o trajeto entre a zona da Universidade e o Cabo Carvoeiro, porque, naquela zona das arribas, existem autocaravanas estacionadas em locais

perigosos, muito próximas da falésia, representando um risco significativo. Referiu que já alertou anteriormente que existia sinalização no local que, entretanto, desapareceu, solicitando que fosse dada atenção a este problema.

Fez ainda referência à Praia da Gamboa, uma praia com bandeira azul e muito frequentada, mas que a última intervenção efetuada foi há bastantes anos. Relatou que a praia não dispõe de instalações sanitárias adequadas, a única solução existente é insuficiente face à afluência de pessoas, situação essa que causa constrangimento aos utilizadores.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Subscreveu as preocupações apresentadas relativamente ao autocaravanismo e reconheceu que a criação de 75 lugares é manifestamente insuficiente face à procura existente no território, mas salientou que se trata de um princípio, de um começo, acrescentando que já representa mais do que aquilo que foi feito nos últimos anos, que classificou como praticamente inexistente. Referiu que foi criada uma área desregulada na Consolação, sem condições adequadas, quer do ponto de vista da segurança, quer dos serviços, nomeadamente sem ligação à energia elétrica.

Explicou que o objetivo passa por iniciar este processo e, progressivamente, instalar mais equipamentos desta natureza, destacando que uma das suas principais vantagens é não implicarem investimento direto por parte da Câmara Municipal. Acrescentou que, para realizar investimentos desta dimensão, são necessários recursos significativos, referindo um valor na ordem dos 500 mil euros, que o município não tem capacidade para suportar, sublinhando a importância das parcerias público-privadas na dinamização do território.

Relativamente à sinalética, afirmou que iria tomar nota da questão, referindo que não tinha conhecimento prévio da situação, garantindo que irá reportar aos serviços na próxima semana.

No que respeita à valorização da Praia da Gamboa, referiu que a valorização das praias, é um dos maiores ativos do concelho, e elementos diferenciadores do território, a par da Berlenga. Acrescentou que as praias se encontram ainda muito pouco intervencionadas, existindo ainda muito por fazer. Referiu que o município tem de ter capacidade para criar fontes de receita através das concessões de praia, explicando que, desde 2018, a competência de cobrança dessas concessões, anteriormente atribuída à Capitania e à Agência Portuguesa do Ambiente, passou para a Câmara Municipal, não tendo, contudo, sido cobrado qualquer valor até à data. Indicou que está em fase de conclusão o Regulamento Municipal de Utilização do Domínio Público Marítimo, com o objetivo de regular a relação com os concessionários de praia e permitir a cobrança das respetivas rendas anuais, sendo essa receita destinada à valorização das praias. Especificou que essa valorização passa por melhorar acessos, referindo que existem praias com acessos deficientes, nomeadamente a Praia da Gamboa, onde uma das escadas praticamente desapareceu com a intempérie, existindo ainda uma escada para um apoio de praia que necessita de reabilitação e a necessidade de construção de uma nova. Acrescentou a necessidade de organizar os estacionamento junto às praias, garantindo segurança e acessibilidade, inclusive para pessoas com mobilidade reduzida, bem como a instalação de equipamentos de apoio, como instalações sanitárias. Concluiu agradecendo a partilha da preocupação, afirmando que a subscreve e que irão avançar com o trabalho, referindo ainda que se encontram no início do mandato, com cerca de 86

dias úteis decorridos, não tendo sido ainda possível fazer tudo, mas que, com a aproximação do bom tempo, será possível avançar com estas intervenções.

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

A Assembleia Municipal, em cumprimento da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, apreciou a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo.

#### 2) APRESENTAÇÃO DE PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO À CÂMARA MUNICIPAL POR PARTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA:

No cumprimento do n.º 7 do artigo 38.º, Subsecção III, do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, usaram da palavra os senhores Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel, da Serra d'El-Rei, de Atougua da Baleia e de Peniche.

##### **Presidente de Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Referiu que a primeira questão que pretendia colocar, e à qual não teve oportunidade de responder anteriormente ao Senhor Presidente da Câmara, é que aquilo que foi dito não corresponde à verdade. Esclareceu que, na sua freguesia, apresenta propostas à Assembleia Municipal e esse órgão pronuncia-se sobre essas propostas. Acrescentou que na Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Câmara apresenta as suas propostas e que na Assembleia Municipal se faz aquilo que a lei prevê, ou seja, pronunciar, fiscalizar, entre outras competências. Sublinhou que têm todo o direito de colocar questões ao Senhor Presidente da Câmara, sem qualquer dúvida.

Dirigiu-se de seguida ao Senhor Deputado Paulo Balau, referindo que há algo fundamental que aprendeu no Poder Local, o respeito pelos outros. Referiu que uma coisa é ter uma opinião diferente e outra coisa é o respeito. Afirmou ainda, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, caso volte a acontecer o que ocorreu no ponto anterior, abandonará os trabalhos por não considerar aceitável esse tipo de intervenção. Solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que tenha atenção a essa situação. Assim, deixou um aviso claro, uma intervenção ou comentários daquele tipo, como os que ocorreram, relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, levarão ao abandono imediato da sessão, uma vez que considera que este órgão deve merecer o prestígio de todos os eleitos.

Questionou a Senhora Vereadora Cristina Leitão sobre a previsão de uma reunião para discutir a questão da rede viária. Referiu que o Senhor Presidente da Câmara anunciou um conjunto de pavimentações, que ouviu e registou, manifestando o desejo de que também relativamente à sua freguesia seja apresentada alguma proposta, acrescentando que ainda não foram ouvidos.

Por fim, relativamente à questão anteriormente colocada sobre os postes da PT que se encontram suspensos, referiu que, na sua freguesia, existem cerca de uma dúzia nessas condições, sendo muitos deles na Rua do Aterro. Explicou que o problema é que, sempre que há vento, os postes acabam por cair para a via, o que exige uma intervenção, tendo em conta os perigos que daí decorrem para a rede viária.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Constatou que o município esteve presente desde a primeira hora no terreno, na madrugada do dia 28. Afirmou que esteve presente desde a primeira hora, não tendo havido inação nem ausência de acompanhamento da sua parte, querendo deixar isso bem claro, referindo que, por vezes, a forma como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei coloca o seu desconforto e desagrado inclusive noutros fóruns relativamente aos problemas com postes de iluminação, falta de iluminação pública e postes de telecomunicações, pode levar os mais desatentos a entender que a Câmara Municipal ou o seu Presidente estão a tratar de forma diferente os munícipes de Serra d'El-Rei. Aproveitou a questão colocada para esclarecer que, no dia 28, às 5 horas da manhã, se encontrava na Rua do Aterro com o Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, no meio da intempérie, tendo posteriormente estado também no Paço, na Serra d'El-Rei a retirar árvores que estavam a ser cortadas naquele momento com máquinas da Junta de Freguesia de Ferrel. Sublinhou que pretende que fique claro que houve sempre proximidade e total disponibilidade para resolver os problemas daquela que considerou ter sido, provavelmente, a freguesia mais fustigada no concelho. Aproveitou ainda para destacar o espírito solidário dos Presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente da zona rural, referindo em particular o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, que também disponibilizou maquinaria para apoio às restantes freguesias rurais. Reiterou, com franqueza, o agradecimento aos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Ferrel e de Atouguia da Baleia pela sua disponibilidade naquela madrugada, sublinhando o espírito fraterno e comunitário vivido entre os autarcas.

Relativamente à rede elétrica, referiu que, existindo competências legais definidas, a responsabilidade pela reposição da rede elétrica cabe à entidade E-Redes, não tendo o município competência direta na gestão dessas infraestruturas elétricas. Ainda assim, afirmou que continuam a exercer toda a pressão institucional possível. Referiu que o Senhor Vereador Paulo Vitorino disponibilizou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia o contacto direto do responsável de ligação com as autarquias, no que respeita à iluminação pública, acrescentando que, se mais não foi feito, foi porque não foi possível. Acrescentou que, embora não seja politicamente avisado referi-lo, assume essa responsabilidade, salientando que, enquanto no concelho se lamentavam semáforos desligados, havia zonas do distrito onde a população não tinha água devido à falta de energia elétrica. Sublinhou que estes momentos devem evidenciar o melhor das pessoas, nomeadamente o espírito solidário, empático e fraterno. Referiu que reconhece no Senhor Presidente da Junta de Serra d'El-Rei esse espírito comunitário, também pelas funções que desempenha na Associação Nacional de Freguesias, mas, tinha de aproveitar esta oportunidade para o dizer. Referiu que ainda há muito por repor, recordando a situação

na Rua do Aterro, onde os postes se encontravam no meio da estrada, relatando que viu dois bombeiros a tentarem segurar um poste e a serem levados pelo vento, tendo o Coordenador da Proteção Civil e o próprio ajudado nessa situação. Referiu ainda que foi uma madrugada difícil, admitindo que sentiu medo ao circular na rua. Considerou importante fazer esta clarificação relativamente ao voto de tristeza do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, face ao que ainda falta repor. Salientou, no entanto, que a situação no concelho não se compara com o que aconteceu no norte do distrito, onde os danos levarão anos a reparar.

Relativamente à questão colocada à Senhora Vereadora Cristina Leitão sobre a rede viária, referiu que essa matéria será tratada oportunamente, assegurando que não será realizada qualquer intervenção sem validação prévia dos Presidentes de Junta de Freguesia e sem recolher os seus contributos. Explicou que, no passado, foram cometidos erros graves, nomeadamente a pavimentação antes da resolução das infraestruturas subterrâneas, o que não faz sentido, uma vez que obriga a abrir novamente as vias passados seis meses. Afirmou que aprenderam com quem errou no passado e não pretendem fazer igual. Garantiu que haverá articulação estreita com os Presidentes de Junta de Freguesia, incluindo o de Serra d'El-Rei, com quem haverá oportunidade de diálogo em breve.

**Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Referiu que houve uma reunião da Comissão de Proteção Civil no dia 27, por volta das 17h, nessa reunião, foram previstas um conjunto de questões de prevenção relativamente à noite da intempérie, tendo referido que colocou como uma das questões importantes a necessidade de garantir comunicações, nomeadamente a existência de um rádio na Serra d'El-Rei, acrescentando que, na altura, estava longe de imaginar a dimensão do que viria a acontecer. Acrescentou ainda que, pelas 03h40 da manhã, conforme consta nas mensagens que ambos possuem, ocorreu o primeiro grande embate e o primeiro grande ruído na Estrada Nacional 114, tendo sido ele próprio a alertar o grupo da Proteção Civil para essa situação, sublinhando que o barulho foi muito significativo. Referiu também que, se não houve máquinas da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei disponíveis naquela madrugada, foi porque não foi contactado, acrescentando que poderia ter sido, uma vez que existia uma retroescavadora disponível. Sublinhou que, sempre que necessário, o Senhor Presidente da Câmara sabe que pode contactá-lo, tal como ele próprio o faz, sendo atendido, e que, naquela noite, teria havido oportunidade para esse contacto, até porque ninguém dormiu. Afirmou que é claro para todos que, naquela noite, ninguém dormiu, nem em Peniche, nem em Serra d'El-Rei, nem em qualquer freguesia, nem, aliás, em grande parte do país. Por fim, referiu que, apesar dos problemas vividos, foram solidários, nomeadamente através do envio de produtos para a Marinha Grande, salientando que não foram em quantidade reduzida.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Na sequência das considerações feitas à mesa e à sua pessoa em particular, recordou que, na primeira sessão após a Instalação da Assembleia Municipal, afirmou contar com todos para que este órgão tivesse dignidade e fosse ético na sua atuação, tanto

nas ações como nas palavras utilizadas.

Salientou que essa postura se tem verificado até ao momento e manifestou o desejo de que esse sentido de ética e responsabilidade se mantivesse, independentemente das divergências políticas que considera naturais num regime democrático, é essencial que exista moderação nas intervenções.

Sublinhou que todas as opiniões são legítimas no seu conteúdo político, pode concordar-se ou não, mas não é admissível colocar em causa a ética e o bom senso na forma como se intervém nesta Assembleia Municipal.

Apelou, assim, a todos os membros para que mantivessem essa ética e sentido de responsabilidade, destacando que a Assembleia Municipal integra diferentes órgãos e intervenientes, mas que todos devem contribuir para um ambiente de respeito.

Reforçou que é na diversidade de opiniões que se deve conviver em democracia, mesmo quando não existe concordância.

Acrescentou que está a conduzir os trabalhos com total empenho e garantindo dedicação, sendo a primeira vez que assume esta função e reconhecendo não ser experiente.

Referiu que a condução das reuniões reflete a forma como interpreta e gere as situações que ocorrem na Assembleia Municipal.

Solicitou que todos tenham em consideração estas palavras, não apenas na presente reunião, mas também no futuro.

Recordou a existência de um regimento aprovado no mandato anterior, com regras previamente discutidas e analisadas, salientando, no entanto, que para além das regras, é fundamental a forma como cada um se expressa.

Enfatizou que não pretende atingir ninguém pessoalmente, mas considera importante deixar este apelo para que o bom senso prevaleça e para que a Assembleia Municipal mantenha a sua dignidade.

Destacou ainda que todos os presentes estão legitimados pelo voto dos cidadãos, independentemente das interpretações ou dos resultados, melhores ou piores, e que todos ali se encontram de forma legítima para desempenhar as suas funções.

Concluiu afirmando que gostaria que esse desempenho fosse pautado por ética e responsabilidade, sublinhando que todos podem dizer o que entendem, mas devem saber como o dizem, sem excessos, porque isso não conduz a lado nenhum, defendendo que nada é melhor do que a moderação e o bom senso para imperar.

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):**

Referiu que a sua questão já havia sido respondida pelo Senhor Presidente da Câmara, no entanto, fez questão de relembrar que, desde fevereiro de 2018, elaborou um mapa de asfaltamentos para a cidade de Peniche fazendo referência à Avenida 25 de Abril, à Rua Nossa Senhora da Conceição e à Rua de São Marcos. Frisou que se trata de um documento que entregou na Câmara em fevereiro de 2018, salientando que estão em fevereiro de 2026.

**Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):**

Referiu algo que anteriormente tinha abordado em sessões passadas sobre a necessidade de uma paragem dos expressos e da rápida, junto a Porto Lobos. Referiu que facilitaria os fregueses da Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d'El-Rei, constatando que, muitos desses fregueses têm de se descolar a Peniche, Geraldês ou Alto Veríssimo. Considerou a dificuldade que muitos têm ao deixar os seus carros estacionados junto às paragens referidas, por exemplo em Geraldês, onde se torna caótico. Salientou que em Porto Lobos estão próximos da rotunda, perdiam pouco tempo e dignificava-se o espaço com grande potencial, atualmente desprezado, com uma paragem de autocarros.

Em relação às arribas na Consolação, lembrou que, há poucos anos ocorreu uma derrocada naquele local e que, recentemente, voltou a acontecer outra. Indicou que essa situação levou algum património histórico existente junto às arribas. Acrescentou que, tanto do lado norte como do lado sul, a zona se encontra com baias e sinalização, estando bastante instável. Questionou se existe alguma previsão de intervenção ou se a Câmara tem conhecimento da situação, considerando-a preocupante na zona da Consolação.

Relativamente aos postos de telecomunicações, afirmou tratar-se de um problema generalizado em todo o concelho na Freguesia da Serra d'El-Rei, em Ferrel, na Atouguia da Baleia, em Peniche, entre outras. Recordou que, há quatro anos, numa Associação de Municípios, já tinha feito uma intervenção sobre este tema. Referiu que o problema não se prende apenas com a quantidade de postes e fios, mas também com o elevado número de cabos desativados que permanecem pendurados nos postes. Indicou que, possivelmente, cerca de 50% dos fios existentes já não estão em uso, caem no chão e criam uma imagem negativa. Acrescentou que, quando são celebrados contratos com uma nova operadora, são instalados novos cabos, mas os antigos não são removidos, agravando o problema e se tornando preocupante dada a quantidade de fios espalhados, inclusive em caneiros e no chão.

Referiu ainda o IP6, tema já anteriormente abordado, reforçando a necessidade de pressionar as infraestruturas. Salientou não apenas o estado do piso, mas sobretudo a falta de manutenção geral do IP6, como barreiras caídas, valetas e sarjetas por limpar, sinalização no chão e iluminação degradada. Acrescentou que não existe manutenção naquele troço do IP6, o que considera preocupante. Mencionou também que, nas estradas municipais, há sinalização danificada devido à intempérie que necessita de reposição, reforçando o alerta para a falta de manutenção, especialmente no IP6.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu as questões colocadas, nomeadamente a relativa à rede de transportes públicos, referindo que, com o regime jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros, as Comunidades Intermunicipais são a autoridade reguladora de transportes na região. Acrescentou que, sendo autoridade de transportes, têm também competência no planeamento da rede de transportes, nomeadamente ao nível das paragens, mas declarou que iria abordar esse assunto em concreto, articulando com o seu chefe de gabinete, de forma que o tema fosse levado à próxima reunião da OesteCIM, junto da autoridade de transportes.

Relativamente à arriba da Consolação, referiu que a situação já estava a ser

considerada desde o início do mandato no âmbito do PARL – Programa de Ação de Resiliência para o Litoral, que constituía a linha de financiamento disponível para intervenções no litoral. Indicou, no entanto, que, na sequência da recente intempérie, houve um agravamento da derrocada, com comprometimento da muralha, informou que o assunto está monitorizado e foi reportado à Agência Portuguesa do Ambiente, na semana anterior, tendo sido dado prazo até à segunda-feira seguinte, às 10h, para atualização de valores, uma vez que os valores as intervenções ainda não estavam devidamente quantificadas, não sendo possível de um dia para o outro. Referiu que já existe algum trabalho, nomeadamente um estudo geotécnico desenvolvido pela Divisão de Obras Municipais, para levantamento do alcance destas arribas, acrescentando que há registos na plataforma da Agência Portuguesa do Ambiente desde o início, com deslocação de técnicos ao local, concluindo que a Consolação Norte está identificada e reportada junto da Agência Portuguesa do Ambiente. Mencionou também a situação no Baleal, na ilha do Baleal, referindo que essa zona igualmente se encontra reportada, sublinhando a preocupação existente, sobretudo face à possibilidade de nova intempérie, particularmente ao nível da agitação marítima, que poderá agravar a instabilidade das arribas. Concluiu tranquilizando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, que a situação está devidamente identificada.

Quanto aos postes de infraestruturas, esclareceu que não se trata de eletricidade, mas de infraestruturas de telecomunicações. Referiu que recebeu uma comunicação do Engenheiro Nuno Cativo, sugerindo a realização de uma reunião com as entidades responsáveis pelas infraestruturas no concelho, com o objetivo de, de forma diplomática, sensibilizar para a necessidade de organização, face à poluição visual existente. Acrescentou que esse contributo surgiu recentemente e elogiou a competência dos técnicos municipais, considerando um privilégio liderar uma estrutura com elevado nível de talento, que muitas empresas privadas gostariam de ter funcionários como tem a Câmara Municipal. Concluiu que será realizada, em breve, uma reunião com as empresas prestadoras desses serviços, com vista a encontrar soluções.

Relativamente às Infraestruturas de Portugal, referiu que o seu chefe de gabinete já terá estabelecido contacto, reforçando a necessidade de uma reunião urgente sobre a falta de manutenção no IP6, especialmente no troço referido. Salientou que este é o grande desafio, destacando que, a nível distrital, é necessário ser empático e sensível, mas também não se pode refugiar na premissa de que há quem esteja pior para não agir junto das instituições competentes. Por fim, indicou que iria pedir ao chefe de gabinete que agendasse a reunião, convidando também o Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, para estar presente e contribuir.

**Paulo Balau (PSD):**

Referiu que enquadraria a sua intervenção no disposto no artigo 49.º do Regimento, relativo à defesa da honra e da consideração. Afirmou que teria em conta as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mas considerou não poder deixar de intervir, por uma questão de consciência.

Mencionou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei afirmou que abandonaria os trabalhos em virtude de algo que teria sido dito, pelo que

solicitou esclarecimento sobre o que, em concreto, teria motivado essa reação.

Acrescentou que, na sua perspetiva, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tem, com frequência, adotado uma postura crítica em relação a diversos intervenientes, assumindo uma atitude que entende como excessivamente corretiva. Assim, caso tivesse proferido alguma afirmação que justificasse tal reação, considerou que deveria ser explicitado, em sede de Assembleia Municipal, o conteúdo dessas declarações.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Esclareceu que não dirige críticas de forma leviana a ninguém, exercendo, sim, o seu direito de questionar, seja o Senhor Presidente da Câmara, seja o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, enquanto responsáveis pelos respetivos órgãos.

Referiu ainda que o Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, contrariamente ao que foi afirmado, dispõe do tempo necessário para intervir, não correspondendo à realidade a observação, proferida em voz baixa, de que um minuto de intervenção seria excessivo para o referido autarca.

**Paulo Balau (PSD):**

Questionou em que medida a declaração proferida poderia ser considerada ofensiva da honra de alguém, ao ponto de justificar a intenção de abandono dos trabalhos da Assembleia Municipal. Referiu ainda que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei intervém em duas qualidades distintas e que, no momento em causa, o tempo de intervenção utilizado correspondia não à sua função enquanto Presidente de Junta, mas sim ao tempo atribuído à Bancada da Coligação Democrática Unitária, concretamente dois minutos e meio.

**3) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À FREGUESIA DE SERRA D'EL-REI, PARA A AQUISIÇÃO DE UMA VIATURA LIGEIRA DE MERCADORIAS:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião ordinária, realizada no dia 06 de fevereiro de 2026.

**Filipe Maia (CHEGA):**

Referiu que estavam a falar de um valor que, salvo erro, supera os 6 mil euros. Presumiu que a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei dispõe de orçamento próprio, fruto do trabalho de todos os presentes e também de quem está em casa. Acrescentou, no entanto, que compreende e elogia o sentido de responsabilidade do Executivo atual em honrar compromissos assumidos anteriormente, quando a CDU dominava o panorama político local. Afirmou que o Chega não iria votar contra, em respeito pelas necessidades da população de Serra d'El-Rei e da freguesia, reconhecendo que a viatura pode ser um

ativo importante para o bem-estar dessas pessoas. Ainda assim, considerou que a situação aparenta configurar algum favorecimento da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei face às restantes juntas de freguesia. Concluiu que, nesse sentido, o Chega optaria pela abstenção, por respeito à população de Serra d'El-Rei, mas que não poderia votar a favor.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Esclareceu que o compromisso assumido era real e que a Senhora Vereadora Ana Rita Petinga, presente, bem como o Senhor Diretor Municipal de Desenvolvimento e Governança que cessou funções, e a colegas da Junta de Freguesia presentes na mesma reunião, podiam confirmar. Explicou que este compromisso surgiu no âmbito das reuniões das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2025, ano passado, e que, como referiu o Senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, já tinha sido colocado no início de novembro, no primeiro contacto e na primeira reunião. Ressaltou que não havia dúvidas sobre o compromisso. Salientou que a Senhor Vereadora Ana Rita Petinga dirigiu a reunião com a Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei para discutir essas opções e que, da parte dela, o pagamento da viatura seria inevitável, algo que tinha sido transmitido publicamente. Referiu que numa reunião em março, na própria Junta de Freguesia, a questão voltou a ser transmitida, embora o Presidente da Câmara de então achava não devia se pagar. Salientou que embora não estivesse presente na reunião, se fez representado pela Vice-Presidente, que assumiu o compromisso. Por fim, afirmou que não houve qualquer favorecimento, a viatura custou o dobro do valor apresentado e, como é habitual nas Juntas de Freguesia, pediram apenas 50% do apoio à Câmara. Esclareceu que não se comprou uma viatura nova por ser um valor demasiado elevado.

**Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, Teresa Lopes (PSD):**

Declarou que a sua questão é técnica e jurídica. Referiu que, no auto de transferência de competências de 2021, uma das alíneas previa que as freguesias recebiam uma verba para comprar, juntar e comprar máquinas e veículos. Explicou que este é apenas o fundamento do seu questionamento e que está disponível para todas as Freguesias, porque as freguesias precisam trabalhar. Disse que este ano também comprou uma máquina, no valor de 57 mil euros, e questionou se tem o mesmo direito. Recordou que levou quase um ano para receber o valor de uma carrinha comprada no mandato passado, ainda dentro da transferência de competências, antes de ser assinado o auto. Perguntou se todos serão regidos pelo mesmo critério, sublinhando que não se trata de igualdade, mas de equidade. Comparou uma freguesia com mil habitantes com a sua própria, que tem 14 mil, argumentando que não se trata de simplesmente repartir valores iguais porque não é bem assim. Esclareceu que é apenas uma questão jurídica, sem referência à carrinha, e que deseja saber se será aberto um precedente legal, que futuramente possa aplicar à sua freguesia de Peniche.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que o auto de transferência de recursos, não prevê verba nenhuma para aquisição, mas sim para despesas de manutenção. É coisa diferente. Reiterou que não tem nada que ver com o auto. Portanto, não há aqui qualquer questão jurídica.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Reiterou que esta decisão, esta sua proposta para a Câmara deliberar e propor à Assembleia Municipal, deve-se apenas ao respeito institucional que tem obrigatoriamente de ter com o passado, exclusivamente com isso. Afirmou que, se questionado sobre se considera este um bom método, naturalmente considera que é um método que, se fosse seguido e se transformasse quase em jurisprudência em todos os processos, geraria um desequilíbrio manifesto. Salientou ainda que, relativamente à assunção de responsabilidades sem apresentar os procedimentos devidos, que é aquilo que, no fundo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia referiu ter existido no passado com boas intenções, mas que não resolve nada. Disse que, só se consegue resolver com uma instrução do ponto de vista administrativo e procedimentos rigorosos. No momento, ressaltou que, com toda a transparência e com todas as Juntas de Freguesia, a assunção deste tipo de compromissos tem de ser formalizada. Referiu que, embora o Presidente tenha achado boa ideia, e mencionar reuniões, não resolve nada. Afirmou que é necessário ser rigoroso e objetivo, pois de outra forma não seria possível dar seguimento aos compromissos. Reiterou que, pedindo desculpa obviamente ao Presidente da Junta de Freguesia da Atouguia da Baleia, à Presidente da Junta de Freguesia de Peniche e ao Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, esta circunstância é apenas uma questão da Câmara Municipal que, sendo pessoa de bem, honra a instituição e dá sequência aos compromissos assumidos no passado. Por fim, afirmou que, só por isso, apresentou o assunto à Câmara Municipal e o trouxe à Assembleia Municipal.

**Deliberação n.º 2/2026:** Submetida a proposta (n.º 63/2026) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com vinte e dois (22) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrata Unitária (2), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Chega (3), atribuir um apoio financeiro à Freguesia da Serra d'El-Rei, no valor de 6.650,00€ (seis mil seiscentos e cinquenta euros), para comparticipação de 50% do valor de aquisição de uma viatura ligeira de mercadorias.

#### **4) REPRESENTANTES DOS GRUPOS MUNICIPAIS:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

##### **Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Deu conta que a constituição dos representantes dos Grupos Municipais, nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-B da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, se efetua mediante uma comunicação dirigida ao Presidente da Assembleia Municipal assinada pelos membros que o compõem indicando a sua designação, bem como a respetiva direção, representante e substituto.

**Deliberação n.º 3/2026:** Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º-B da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal tomou conhecimento dos representantes com assento na Assembleia Municipal:

Grupo Municipal do Partido Social Democrata: Emanuel de Sousa Bandeira,

Manuel Quinta Martins Salvador, Cristina Isabel Silva Pereira, Paulo Jorge Amaro Balau, Adriana Inês Santana Delgado, Márcio José Macatrão Marques, Mark Paulo Rocha Ministro, Patrícia Alexandra Santos Silvestre, Bruno Pinto Cruz e Ricardo Emanuel Gonçalves Viola.

Grupo Municipal do Partido Socialista: Joaquim Raul Gregório Farto, Ana Margarida Silva Batalha, João Manuel de Jesus Gomes, Anabela Correia Dias, Carlos Francisco Vala Chagas, Humberto Manuel Costa Ferreira, Maria da Conceição Sousinha Carinhas.

Grupo Municipal do Partido Chega: Filipe Maia Henrique, Pedro José Valinha Sampaio, Ana Maria da Silva Gonçalves Neves Rasteiro.

Grupo Municipal da Coligação Democrata Unitária: Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes.

Presidentes de Junta de Freguesia: António Manuel Prioste Salvador, Jorge Alberto Bombas Amador, João Manuel Bernardo Grilo, Teresa Cecília Batista Lopes.

Para todos os efeitos e no âmbito do presente mandato cada Grupo Municipal é liderado e substituído por:

**Grupo Municipal do Partido Social Democrata:**

Representante: Paulo Jorge Amaro Balau

Substituto: Mark Paulo Rocha Ministro

**Grupo Municipal do Partido Socialista:**

Representante: Joaquim Raul Gregório Farto

Substituto: Ana Margarida Silva Batalha

**Grupo Municipal do Partido Chega:**

Representante: Ana Maria da Silva Gonçalves Neves Rasteiro

Suplente: Filipe Maia Henrique

**Grupo Municipal da Coligação Democrata Unitária:**

Representante: Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes

Suplente: Jorge Alberto Bombas Amador

**5) DINAMIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL JOVEM:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Disse que este assunto vem do mandato anterior, tendo sido bem desenvolvido pelo atual líder da bancada do Partido Socialista, Senhor Deputado Joaquim Farto, que foi o proponente e teve a iniciativa de desenvolver a Assembleia Municipal Jovem, afirmando que o entendimento é dar continuidade ao projeto no presente mandato.

Referiu que foi realizado um trabalho de proximidade com as comunidades educativas desde o dia 24 de novembro, bem como com instituições, destacando como novidade a inclusão de outras instituições na Assembleia Municipal Jovem. Indicou que esse trabalho foi concluído a 26 de janeiro, com reuniões nos Agrupamentos de Escolas, na Escola Secundária de Peniche e em várias Instituições.

Salientou que se entendeu incluir jovens que não fazem apenas o percurso escolar tradicional, mas que frequentam outras instituições formativas no concelho, dando assim voz a esses jovens.

Deu conta de uma reunião conjunta com todas as Diretoras dos Agrupamentos Escolares, da Escola Secundária de Peniche e das Instituições, no dia 28 de janeiro, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, onde foram definidas as principais linhas a desenvolver na Assembleia Municipal Jovem, tendo sido partilhados contributos, feitas reformulações e desenhado o projeto para o presente ano letivo.

Destacou que houve sempre uma participação muito direta da Professora Susana Sousinha, Adjunta do Senhor Presidente da Câmara, que esteve presente nas reuniões e assegurou a articulação entre a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal.

Explicou que se trata de um projeto de participação cívica para estudantes do município, que tem como objetivos promover a educação para a cidadania, aproximar os jovens dos Órgãos Autárquicos, levantar problemas e propostas da juventude, aprofundar o exercício prático da democracia e criar pontes entre os jovens e o poder local.

Referiu que podem participar jovens do terceiro ciclo, da Escola Secundária de Peniche e, pela primeira vez, jovens de instituições como o Cenfim, a Escola Profissional de Peniche, e a Cercipeniche, acrescentando que o For-Mar foi contactado, mas que este ano não reunia condições para participar, existindo abertura para o próximo ano.

Salientou que o propósito de incluir estas instituições é garantir que, independentemente do percurso de cada jovem, todos possam participar, desenvolver competências e dar voz às suas ideias e propostas para o concelho, promovendo um exercício de inclusão.

Indicou que estão calendarizadas atividades durante o segundo período, tendo cada agrupamento e instituição selecionado os jovens que irão participar na Assembleia Municipal Jovem.

Indicou que está a ser introduzido um regimento simples, para que os jovens compreendam o funcionamento das intervenções, o qual foi discutido com as diretoras e responsáveis das instituições e depois levado aos estabelecimentos de ensino para reflexão e contributos, sendo este um dos temas a discutir na primeira sessão.

Referiu ainda que será promovida a criação de um logótipo, permitindo que cada agrupamento ou instituição apresente uma proposta, a qual será defendida e discutida na Assembleia Municipal.

Explicou que a constituição da mesa será feita por sufrágio, com eleição do Presidente da Mesa e de dois Secretários e que cada Grupo Municipal Jovem desenvolverá uma proposta única.

Acrescentou que, para este ano, decidiu-se que não seria imposto um tema, cabendo aos próprios jovens defini-lo e desenvolvê-lo.

Informou que o projeto foi estruturado em três fases: uma fase de preparação, uma fase de campanha e uma fase final com a realização das sessões.

Deu conta que a primeira sessão está prevista para o dia 11 de março, com a Instalação da Assembleia Municipal Jovem, discussão do Regimento e do logótipo, e a segunda para o dia 20 de maio, com a apresentação e deliberação de propostas.

Referiu que na segunda sessão haverá período antes da ordem do dia, período de intervenção aberta ao público jovem e período de ordem do dia para apresentação e discussão das propostas.

Solicitou a colaboração da Câmara Municipal e a presença de um representante de cada grupo municipal, manifestando o desejo de que estes possam intervir, nomeadamente na primeira sessão.

Concluiu referindo que o culminar do projeto será, em junho, com uma visita ao Palácio de São Bento, à Assembleia da República, permitindo aos jovens assistir a um plenário, visitar as instalações e contactar com Deputados da Assembleia da República, proporcionando-lhes a experiência daquele espaço da democracia.

Finalizou dizendo que esta era a apresentação que pretendia fazer, para conhecimento da Assembleia Municipal.

**Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):**

Disse que pretendia valorizar muito o conteúdo da informação que foi prestada e que considerava existir uma palavra que poderia ser trabalhada com os jovens e com os professores envolvidos, nomeadamente a palavra proximidade. Afirmou que esta seria, certamente, uma palavra que daria para muita coisa.

**Joaquim Farto (PS):**

Felicitou o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pela iniciativa de dar continuidade a um projeto que considera possuir uma dimensão cívica e educativa extraordinária, bem como um valor pedagógico incalculável.

Agradeceu igualmente a participação e dedicação dos professores, sublinhando que sem eles não seria possível avançar com projetos desta natureza, assim como às direções das escolas, aos pais dos alunos e aos próprios alunos envolvidos, realçando que se trata de um esforço coletivo com muita gente envolvida.

Referiu que este será o quarto ano de funcionamento da Assembleia Municipal Jovem e destacou que existem alunos a participar pelo quarto ano consecutivo, considerando que tal facto é bastante significativo.

Assinalou ainda que esta iniciativa constitui também um dos pilares do conceito de cidade educadora. Mencionou que, na mesma manhã, tiveram a oportunidade de assistir à inauguração de dois Centros Tecnológicos na cidade de Peniche, afetos à Escola Secundária, equipados com recursos de elevada qualidade, representando um investimento de cerca de 1,2 milhões de euros, sublinhando tratar-se de recursos fundamentais para o desenvolvimento da cidade enquanto espaço educativo.

Concluiu deixando um reconhecimento ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pela coragem na promoção desta iniciativa, estendendo igualmente esse reconhecimento ao Senhor Presidente da Câmara, no âmbito das suas responsabilidades na área da educação, salientando a importância da articulação com este setor, bem como à própria Assembleia Municipal.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Partilhou a receptividade com que as Diretoras dos Agrupamentos Escolares e da escola Secundária de Peniche tiveram nas diferentes reuniões e o acolhimento muito significativo por parte das Instituições que irão participar, este ano, pela primeira vez.

Louvou o interesse demonstrado pela participação.

**Deliberação n.º 4/2026:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento da estratégia de dinamização da Assembleia Municipal Jovem, para o mandato de 2025-2029.

**6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A ADESÃO DO MUNICÍPIO À ANAM - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Assembleia Municipal:

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Informou que a Assembleia Municipal foi contactada por email no sentido de verificar a receptividade da Assembleia Municipal relativamente a esta matéria pelo que, em primeiro lugar, conversou com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no sentido de perceber a sua posição relativamente a esta matéria e, posteriormente, convocou uma reunião com os representantes para, também, perceber a sensibilidade dos mesmos.

Referiu que a Associação Nacional das Assembleias Municipais é uma entidade que representa exclusivamente as Assembleias Municipais, existem atualmente mais de duas centenas de Assembleias Municipais que aderiram à ANAM, correspondente a cerca de 70% dos municípios portugueses.

Indicou que a eventual adesão da Assembleia Municipal de Peniche permitirá, designadamente, o acesso ao apoio técnico e jurídico especializado em matérias relativas a competências, funcionamento e procedimentos da Assembleia Municipal, participação em ações de formação, encontros e seminários dirigidos a eleitos locais, partilha de experiências e boas práticas com outras assembleias e também a integração de uma rede nacional e cooperação.

Indicou que todos receberam a recomendação efetuada pela ANAM relativamente à adesão do nosso Município e a mesma passará, nesta fase, pela aprovação da recomendação para que, posteriormente, a Câmara Municipal delibere e, a ser favorável, remeter novamente à Assembleia Municipal para deliberação final, ou seja, a adesão do Município a esta associação requer sempre a deliberação do Órgão Executivo e do Órgão Deliberativo.

**Deliberação n.º 5/2026:** Considerando a moção de recomendação para a participação do Município de Peniche na ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea k) n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), do Partido Socialista (7), do Partido Chega (3) e da Coligação Democrata Unitária (1), recomendar à Câmara Municipal que se pronuncie sobre a participação do Município na ANAM - Associação Nacional das Assembleias Municipais.

**7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, PARA O MANDATO DE 2025-2029:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Sobre o Regimento, disse que, no dia 28 de novembro de 2025, foi constituída uma comissão com vista à revisão do Regimento, de acordo com a Lei n.º 75/2013. Referiu que esta comissão reuniu por três vezes, no dia 15 de dezembro, no dia 08 e no dia 29 de janeiro, com o propósito de recolher contributos e refletir sobre o Regimento.

Após a análise e contributos apresentados, entendeu que deveriam ir mais além, fazendo uma revisão mais ambiciosa.

Sublinhou que a proposta apresentada tem uma melhor sistematização das matérias, apresenta uma abordagem mais coerente e cronológica, tanto na preparação como na condução das reuniões, e também a simplificação do Regimento, evitando dispersão e concentração de temas no mesmo artigo.

Explicou que, no que diz respeito aos tempos e à sua distribuição, não houve consenso na solução encontrada, mas a solução encontrada procura refletir o equilíbrio entre os contributos recolhidos e a experiência acumulada, não só no atual mandato, mas também nos mandatos anteriores.

Referiu que o documento em si assenta em três pilares, que foram também discutidos por alguns membros da conferência de representantes, um deles tem que ver com o princípio de igualdade formal, com a atribuição de um tempo base igual, outro princípio foi o da proporcionalidade, com temas adicionais e a função da representação, e ainda o outro, que também foi reclamado, relacionado com o direito das minorias a uma intervenção mais efetiva.

Salientou que esta foi a proposta que foi consubstanciada com a colaboração de dois juristas com quem conversou e entende que a proposta representa aquilo que a Assembleia Municipal precisa no seu funcionamento, contribuindo para que ela possa ser mais organizada, mais prática, mais justa e mais clarificadora.

Acrescentou que, de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete, à Assembleia Municipal aprovar o seu Regimento.

**Mark Ministro (PSD):**

Solicitou a correção da numeração constante do artigo 38.º, começou com o 7, 8, 9 e 10, quando deveria ser 1, 2, 3 e 4.

**Ana Rasteiro (CHEGA):**

Relativamente ao assunto em análise, apresentou a seguinte Declaração de Voto: «Como referi na comissão, não concordamos com a alínea a) do n.º 4 do artigo 37.º.

*Está um trabalho bem feito, exaustivo, está tudo muito bem e correto, mas acho que este é um ponto fundamental, é fulcral, e penso que, como vimos, isto vai ser votado e vai ser aprovado, naturalmente, por maioria. No entanto, queria também não deixar de referir, relativamente à ética e ao sentido de responsabilidade que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal há pouco falou, visto que vai ser aprovado, pelo menos que se respeitem os tempos, porque se calhar as pessoas não sabem, e se calhar deveriam saber, que foram acrescentados esses três minutos de forma igual. Eu acho que aqui não seria igualdade, mas sim equidade.*

*Eu acho que nós, mais uma vez, estamos a permitir que as minorias vençam na secretaria aquilo que não ganham nas urnas. Eu já referi isso na comissão. E só por causa mesmo deste ponto, nós vamos votar contra.»*

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Referiu que, de facto, a Senhora Deputada Ana Rasteiro tem razão relativamente aos esclarecimentos necessários. Esclareceu que a alteração que surgiu tem a ver com o seguinte: dos 60 minutos, 45 minutos são distribuídos para os grupos municipais e 15 minutos para a intervenção da Câmara Municipal, sendo este o regime atualmente em vigor.

Referiu que a proposta apresentada, em função daquilo que foi discutido nas três reuniões da Comissão de Revisão do Regimento, previa que, dos 45 minutos dos grupos municipais, se passasse para 40 minutos.

Acrescentou que, com a introdução de um tempo mínimo base para cada força política, neste caso de 3 minutos, restariam 28 minutos, que depois seriam distribuídos em função da representatividade.

Explicou que esta alteração surgiu no sentido de ajustar a distribuição de tempo, tendo em conta a representatividade das forças políticas, fazendo com que as forças políticas com maior representação, neste mandato atual, o Partido Social Democrata e o Partido Socialista ficassem com menos tempo.

Referiu que o Partido Social Democrata ficou com menos 4 minutos e 40 segundos e que o Partido Socialista ficou com menos cerca de 2 minutos e 10 ou 2 minutos e 20, relativamente ao que tinham anteriormente.

Acrescentou que houve também uma alteração no tempo atribuído à Câmara Municipal, por se considerar que, muitas vezes, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores, quando intervêm, estão limitados face às solicitações que têm, sendo a sua função neste órgão responder às questões de todos os membros. Referiu que essa alteração se traduziu num aumento de cerca de 5 minutos para a Câmara Municipal e que tal se deveu, em grande parte, ao facto de o partido com maior representatividade ter perdido praticamente esses 5 minutos de intervenção na Assembleia Municipal.

Salientou que este é um facto e que este novo modelo, proposto e discutido na Comissão de Revisão do Regimento, acabou por penalizar os dois partidos com maior representatividade na Assembleia Municipal, nomeadamente o Partido Social Democrata, ainda mais, e depois o Partido Socialista.

Referiu que, por outro lado, acabou por beneficiar outras forças políticas, designadamente o Chega, que também teve uma alteração no tempo, ainda que menor em comparação com outras forças, passando de cerca de 6 minutos e meio para 7 minutos, e a Coligação Democrata Unitária, através da introdução do tempo mínimo acordado. Acrescentou que, na referida Comissão, houve propostas que previam um tempo mínimo base superior, nomeadamente de 4 e 5 minutos, tendo sido apresentadas duas propostas nesse sentido, as quais não foram consideradas na proposta final de regimento. Concluiu referindo que esta contextualização serviu para que todos os membros tenham conhecimento do enquadramento da proposta.

**Helena Santos (CDU):**

Referiu que a Coligação Democrata Unitária irá apresentar uma declaração de voto por escrito, no entanto, salientou que não podia deixar de referir que, tal como a Senhora Deputada Ana Rasteiro mencionou, o artigo 37.º, n.º 4, alínea a), limita o exercício efetivo do mandato para o qual foram eleitos.

Afirmou que o direito à participação política exige de quem é eleito um tempo útil para expor os seus pontos de vista e levar à Assembleia Municipal as situações e fragilidades do concelho.

Referiu que a limitação desse tempo levanta reservas do ponto de vista constitucional na aplicação de vários direitos constitucionalmente garantidos, nomeadamente a equidade, a proporcionalidade e a igualdade, limitando, de facto, o exercício do mandato.

Concluiu referindo que, por esse motivo, irão apresentar a declaração de voto e votarão contra a proposta de regimento apresentada.

Declaração de voto:

*«Nos termos legais e regimentais aplicáveis, vem a signatária, na qualidade de membro da Assembleia Municipal, eleita pela CDU, apresentar declaração de voto escrita relativa à aprovação do Regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2025-2029, ocorrida na sessão realizada a 27 fevereiro de 2026, requerendo que a mesma seja integralmente transcrita em ata.*

*A signatária votou contra a aprovação do regimento proposto por no seu entendimento, o mesmo ter suscitado reservas quanto à sua conformidade com o quadro constitucional e legal aplicável, designadamente com a Constituição da República Portuguesa e com o Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

*Em particular, a articulação entre o artigo 36.º do Regimento, relativo ao uso da palavra, e o artigo 37.º, relativo à atribuição e gestão dos tempos de intervenção, levanta dúvidas quanto à garantia efetiva do exercício do mandato representativo por parte dos membros da Assembleia Municipal.*

*Com efeito, o artigo 37.º estabelece que os tempos de intervenção são atribuídos aos grupos municipais, sendo posteriormente distribuídos em função da respetiva composição.*

*Tal solução pode conduzir, na prática, ao esgotamento do tempo global atribuído ao grupo municipal e, conseqüentemente, à impossibilidade de um membro da Assembleia Municipal exercer o seu direito de intervenção.*

*Ora, o mandato autárquico é exercido individualmente pelos membros eleitos, sendo os direitos de participação e intervenção inerentes ao mandato direitos próprios do titular do cargo. A eventual impossibilidade de intervenção de um membro em virtude do esgotamento do tempo global atribuído ao grupo municipal pode traduzir-se numa limitação material do exercício do mandato representativo.*

*Tal fato suscitou à signatárias reservas legais à luz dos princípios constitucionais da igualdade consagrado no artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa e do direito de participação política previsto no artigo 48.º da Constituição, que pressupõe condições efetivas de exercício das funções representativas.*

*Adicionalmente, resulta do artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa que o poder regulamentar das autarquias locais deve ser exercido em conformidade com os limites impostos pela Constituição e pela lei, não podendo os regulamentos internos impor restrições materiais ao exercício de direitos reconhecidos pela lei aos membros dos órgãos autárquicos.*

*Acresce ainda que o Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013 reconhece direitos diretamente aos membros da assembleia municipal, designadamente o direito de participar nos debates e deliberações do órgão, não podendo tais direitos ser materialmente limitados por via regulamentar.*

*A doutrina de direitos fundamentais em Portugal defende que os direitos de participação política não podem ser meramente formais, exigindo condições materiais que permitam o seu exercício efetivo. A conceção de Estado de direito democrático e do princípio da efetividade dos direitos fundamentais serviu de base a que tanto Gomes Canotilho e Vital Moreira como também Jorge Miranda e Rui Medeiros defendessem nos seus comentários à Constituição da República Portuguesa que os direitos fundamentais devem ser interpretados de forma a garantir a sua eficácia*

*real, não apenas formal, pugnando-se pela necessidade de garantir a efetividade dos direitos políticos e de participação democrática.*

*Por outro lado, o Regimento atribui à Conferência de Líderes um papel relevante na definição e gestão dos tempos de intervenção. Todavia, tal estrutura não se reveste da qualidade de órgão autárquico prevista no Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, circunstância que suscita dúvidas quanto à conformidade jurídica da atribuição das competências que lhe são conferidas pelo artigo 19 n.º 4 do regimento proposto.*

*Face ao exposto, entende a signatária que várias disposições do Regimento aprovado suscitam dúvidas fundadas quanto à sua conformidade com o quadro constitucional e legal aplicável, designadamente no que respeita ao regime do uso da palavra e à titularidade dos tempos de intervenção.*

*Nestes termos, e para salvaguarda da legalidade democrática, da segurança jurídica das deliberações futuras deste órgão e do pleno exercício do mandato representativo, vem a signatária suscitar formalmente a questão da legalidade das referidas disposições regimentais.*

*Mais requer que a Mesa da Assembleia Municipal promova a reapreciação jurídica das normas em causa, designadamente mediante a solicitação de parecer jurídico independente, de modo a assegurar a plena conformidade do Regimento com o quadro constitucional e legal aplicável.*

*Requer ainda a signatária que o presente requerimento e declaração de voto sejam integralmente transcritos na ata da sessão, para os devidos efeitos legais.*

*Sem prejuízo do respeito devido pelas deliberações deste órgão, entende a signatária que a clarificação jurídica destas matérias contribuirá para reforçar a segurança jurídica do funcionamento desta Assembleia Municipal e prevenir eventuais dúvidas quanto à validade das deliberações futuras.»*

**Paulo Balau (PSD):**

Referiu que participou nesta revisão juntamente com a Senhora Deputada Ana Rasteiro, do Chega, com o Senhor Deputado Joaquim Farto, do Partido Socialista, com a Senhora Vereadora Clara Abrantes, da Coligação Democrata Unitária, e com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, onde foram tidas em conta todas as opiniões.

Afirmou que tentaram ser o mais conciliadores possível e que compreende a posição apresentada pela Senhora Deputada Ana Rasteiro, mas salientou que o objetivo não foi usar a maioria para impor decisões, mas se esse fosse o intuito, nem sequer teriam alterado o regimento, mantendo-se a situação anterior, a Coligação Democrata Unitária com 2 minutos e meio e estava o problema resolvido.

Referiu que houve posições diferentes, explicando que para uns o regimento anterior estava bem e para outros não, e que compreende essas diferenças, contudo, o intuito foi tentar chegar a um consenso entre todos.

Disse que fizeram esse trabalho, mesmo não sendo totalmente do seu agrado, mas que fizeram aquilo que acharam melhor para haver lógica e representatividade dos eleitos. Adiantou que a Coligação Democrata Unitária se esquece que a liberdade deles acaba quando começa a dos outros, e que todos foram eleitos e não podem querer mais tempo para falar quando o povo não lhes deu esse tempo.

Expressou que, depois de todo o trabalho feito, custa ver que alguém vote contra este regimento, quando tinha cerca de dois minutos e meio e passará a ter quatro minutos e vinte segundos, ou seja, retiraram tempo às forças com maior representatividade, nomeadamente Partido Social Democrata e Partido Socialista, para dar mais tempo ao

Presidente da Câmara para responder às questões, por considerarem que 15 minutos não eram suficientes para responder a 45 minutos de intervenções.

Explicou que o aumento de tempo para o Senhor Presidente da Câmara não é para benefício próprio, mas para permitir que responda melhor à oposição.

Disse, ainda, que na conferência de representantes houve a Senhora Deputada Clara Abrantes apresentou propostas com tempos base de 4 e 5 minutos, mas que acabaram por optar por um meio termo de 3 minutos para permitir intervenção a todos, e depois desse tempo base entra a lógica da equidade, explicando que o tempo restante é distribuído em função da representatividade.

Referiu que é necessário perceber que o direito de uns é igual ao dos outros, mas que quem elege mais deve ter mais tempo, e que não faz sentido dividir o tempo de forma igual entre forças com representatividade muito diferente.

Concluiu referindo que lhe custa que, depois de todo o trabalho de conciliação feito para responder às ambições de todas as forças políticas, incluindo o esforço do Partido Socialista, ainda assim haja quem vá votar contra, nomeadamente o Chega e a Coligação Democrata Unitária.

**Joaquim Farto (PS):**

Referiu que, no fundo, se trata de uma tentativa de remate desta reflexão que estava a ser feita, reconhecendo naturalmente a legitimidade quer do Chega, quer da Coligação Democrata Unitária, com formas e posicionamentos diferentes relativamente ao ponto, o que considera compreensível.

Disse que reconhecem essas posições, mas que também é necessário reconhecer que, da parte da Comissão de Revisão do Regimento, houve de facto um grande esforço para equilibrar uma participação democrática o mais possível, incluindo até um reforço do tempo de resposta ao Senhor Presidente da Câmara.

Expressou que não faz sentido que existam partidos ou grupos com tempo disponível para intervir e que o Senhor Presidente da Câmara já não tenha tempo para responder, pois isso limita as funções da Assembleia Municipal, nomeadamente de inquirir, interpelar e fiscalizar, pois é através da palavra e do diálogo que se avalia o desempenho do Executivo, e que a limitação do tempo de resposta compromete esse objetivo.

Acrescentou que houve, de facto, um grande esforço de todos os elementos da comissão, apesar de ser sempre difícil encontrar um ponto que satisfaça a todos os grupos, mas houve, de facto, a tentativa com uma natureza quase humanista e muito democrática, no sentido de equilibrar a participação de todos.

Concluiu afirmando que votam favoravelmente à proposta.

**Filipe Maia (CHEGA):**

Disse que foi alegada como um dos motivos para aquela nova distribuição de tempo a experiência do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serra d'El-Rei, Jorge Amador, no entanto, a distribuição de tempo é definida pelo eleitorado, acrescentando que era por isso que todos iam à mesa de voto.

Referiu que, se o eleitorado decidia punir a Coligação Democrata Unitária da forma como o tinha feito depois de um mandato, dois mandatos de soberania nesta cidade, devia ser essa vontade a prevalecer.

Indicou que o Chega não se sente na obrigatoriedade de resgatar a Coligação Democrata Unitária, muito menos na Secretaria, através desta manobra.

Disse ainda que, quanto ao acréscimo de tempo que tinha sido atribuído ao Chega, o Chega não tinha problema nenhum em abdicar dos 30 segundos a favor do Senhor Presidente da Câmara Municipal, contudo, não eram esses 30 segundos que faziam com que houvesse o mínimo de equidade.

Escutou atentamente as palavras da Senhora Deputada da Coligação Democrata Unitária, considerando-as muito interessantes, no entanto questionou onde estavam esses princípios no último mandato, quando os papéis estavam invertidos e o Chega tinha apenas um deputado e a Coligação Democrata Unitária tinha três.

**Helena Santos (CDU):**

Esclareceu que o último mandato da Coligação Democrática Unitária foi há oito anos. A intervenção anterior fez parecer que antes das atuais eleições tinha sido a Coligação Democrata Unitária a exercer o mandato, porém não aconteceu.

**Filipe Maia (CHEGA):**

Disse que o último mandato, não sendo diretamente a Coligação Democrata Unitária, todos reconheciam que tinha ramificações da Coligação Democrata Unitária e que muito da Coligação Democrata Unitária estava presente nesse mandato.

Indicou que, sendo atribuídos 4 minutos e 20 segundos e a ser respeitados seria pacífico, no entanto, todos sabiam que a Coligação Democrata Unitária iria falar no mínimo 25 minutos, que era o tempo previsto como Presidente da Junta, e depois todos os acréscimos de tempo aos quais a Coligação Democrata Unitária já os habituou.

Disse que, não havendo forma de reverter esta medida que irá ser aprovada, solicitou que, pelo menos, houvesse um maior rigor relativamente à utilização dos tempos por parte da Coligação Democrata Unitária, concluindo que teriam de, em conjunto, resgatar este partido que se colocou nesta situação delicada.

**Presidente da Mesa, Emanuel Bandeira (PSD):**

Disse que, da parte da Mesa da Assembleia Municipal, tem havido o cuidado para que os tempos que estavam regimentados sejam cumpridos, no entanto, todos sabem que, na sessão anterior houve de facto, da parte da Coligação Democrata Unitária, a utilização de mais tempo, tendo acumulado na totalidade 6 minutos e 10 segundos, mas também sabem que foram apreciados e votados dois temas, nomeadamente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, e a mesa entendeu ceder algum tempo, não por ser a Coligação Democrata Unitária, por ser a que tinha apenas dois minutos.

Salientou que os tempos devem ser cumpridos, mas, infelizmente, sabia que nos mandatos anteriores houve sempre essa tentativa e não foi fácil lidar com essa situação e já teve a oportunidade de falar com o Senhor Deputado que foi Presidente da Mesa no mandato passado e só quem está na mesa sabe como essa gestão deve ser feita, a forma como os trabalhos estão a ser desenvolvidos e como deve ser aplicada para o bem da Assembleia Municipal.

Disse ainda que houve, da sua parte e da parte das duas forças políticas, uma abertura, mas entende o que foi dito.

**Paulo Balau (PSD):**

Esclareceu que, aquando da divisão dos tempos, não foi atribuído 3 minutos à Coligação Democrata Unitária, nem ao Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, explicando que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei tem os seus 5 minutos e que os 3 minutos tinham sido atribuídos a cada força política, embora soubessem que, na prática, seria ele a utilizá-los.

Disse que a Coligação Democrata Unitária é uma força política eleita como outra qualquer e que tinha todo o direito, tal como os restantes.

Reforçou dizendo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tem os seus 5 minutos e sabiam que, na prática, era ele que acabava por consumir todo o tempo, mas isso é um problema de gestão da própria Coligação Democrata Unitária.

**Deliberação n.º 6/2026:** Submetida a proposta de Regimento da Assembleia Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13) e do Partido Socialista (7), e quatro (4) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (1), aprovar o Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, para o mandato de 2025-2029.

A Bancada da Coligação Democrata Unitária informou que iria entregar uma declaração de voto sobre este assunto.

#### **8) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ALTERAÇÃO HERÁLDICA:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do oitavo ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 06 de fevereiro de 2026.

**Deliberação n.º 7/2026:** Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, nos termos da Lei n.º 53/91, de 07 de agosto, na sua atual redação, por unanimidade, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Chega (3) e pela Coligação Democrata Unitária (1), aceitar a alteração da designação inscrita na bandeira do Município de Peniche, de "Cidade de Peniche" para "Concelho de Peniche" e remeter à Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses para a emissão de parecer técnico.

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 29.º do Regimento a sessão prolongou-se por mais sessenta (60) minutos.

#### **9) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MAPA DE FLUXO DE CAIXA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO 2025:**

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do nono ponto da ordem do dia, apenas usou da palavra o senhor Presidente da Câmara, Filipe Sales, que fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária, realizada no dia 06 de fevereiro de 2026.

**Deliberação n.º 8/2026:** Submetida a proposta (n.º 2653/2026) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea l) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrata Unitária (1), e três (3) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Chega (3), aprovar o Mapa de Fluxos de Caixa dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2025.

**10) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA E AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PARA O ANO DE 2026 DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, PARA O ANO DE 2026 (MODIFICAÇÃO 1):**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Explicou que o assunto decorria do ponto anterior.

**Conceição Carinhas (PS):**

Disse que ao analisar o orçamento e o Plano Orçamental Plurianual da Receita, não conseguiu perceber como é que existe um plano que contempla vários anos e esses anos são todos iguais em termos de rubricas, no entanto, no seu entendimento, nem academicamente isto se fazia.

Referiu que, quando aparecem peças a nível financeiro, gostaria que tivesse um enquadramento, porque, enquanto Deputados Municipais, não são obrigados a ter conhecimento dessa área. Disse também que lhe dava a sensação de que iriam ter constantes pedidos de alteração em termos orçamentais, quer entre rubricas, quer entre sub-rubricas, talvez porque as peças contabilísticas deveriam ter sido feitas num outro contexto, referindo-se à sessão anterior e à forma como foram apresentados o orçamento e o quadro de pessoal.

**Presidente do Conselho de Administração do SMAS, Pedro Barata:**

Relativamente à intervenção efetuada, disse que não denotado qual seria a questão em concreto, no entanto, no que respeita ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimento iria remeter para aquilo que havia sido apresentado e aprovado na Assembleia Municipal de novembro, sob pena de estar, obviamente, disponível para fazer todo e qualquer esclarecimento, mediante marcação do ponto de vista da disponibilidade, a qualquer Deputado ou até a qualquer cidadão, quer na sede dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, quer na Câmara Municipal.

Disse que, relativamente ao assunto em discussão, trata-se de um pressuposto do próprio orçamento que já tem estas rubricas, mas não tem dotação suficiente para a sua execução, porque

existe um pressuposto legal que obriga à integração do saldo de gerência do ano anterior, para que depois os investimentos, que já estão previstos no orçamento aprovado, possam ser efetuados.

Concluiu dizendo que, se fosse considerado útil, poderia concretizar ainda mais alguns daqueles aspetos.

**Conceição Carinhas (PS):**

Disse que o que estava a referir era em relação a um dos últimos mapas, onde aparecia um quadro, com “Orçamento e Plano Orçamental Plurianual da Receita” e os valores para vários anos, sempre imutáveis, afirmando que não correspondia à realidade e que não é assim que se faz um orçamento.

Esclareceu que, quando falava academicamente, não era num sentido depreciativo e pediu que não vissem isso nesse contexto, mas sim num sentido pedagógico.

Disse ainda que, obviamente, como já tinha referido, naquilo que pudesse contribuir, embora estivesse daquele lado, estava disponível para essa contribuição.

**Deliberação n.º 9/2026:** Submetida a proposta (n.º 2656/2026) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte (20) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrata Unitária (1), e quatro (4) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Chega (3) e pela Senhora Maria da Conceição Sousinha Carinhas, eleita pelo Partido Socialista (1), aprovar a Revisão ao Orçamento da Receita, da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, para o ano de 2026, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento.

**11) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENICHE E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo primeiro ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Fez a apresentação da proposta, aprovada por maioria, na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de fevereiro de 2026.

**Conceição Carinhas (PS):**

Disse que tinha analisado a estrutura e uma das coisas que lhe tinha causado alguma confusão, talvez por já ter estado em organismo público, era o facto de se ver divisões e unidades, não percebe bem porque é que não havia apenas divisões, acrescentando que isso poderia colocar em causa a forma como os serviços estão repartidos e, do seu ponto de vista, continua a ser ainda uma estrutura pesada.

Disse que também tinha analisado algumas competências delegadas, bem como aquilo que competia a cada um dos serviços, indicando que relativamente à coordenação financeira, no artigo 28.º, na alínea d), refere “assegurar a implementação e funcionamento da contabilidade de gestão”, mas depois aparece, entre parênteses,

(contabilidade de custos ao nível municipal). Questionou se não existe contabilidade de gestão, se no município existe apenas contabilidade orçamental e a componente de contabilidade financeira e patrimonial.

Acrescentou que, no seu entendimento, aquilo não era contabilidade de custos, o que se pretende é ter um controlo, quer de centros de custos, quer de centros de receita, ou seja, não interessa ter uma contabilidade a que chamem de custos, considerando que esse conceito está desatualizado e já há muitos anos se fala na questão da imputação aos centros de custos e, por sua vez, também na imputação aos centros de receita, salientou que cada centro de custos é, ao mesmo tempo, um centro de receita, situação que deve ser clarificada.

Denotou que, em termos de estruturação, poderia estar mais bem estruturado e mais bem elaborado.

Solicitou que não interpretassem a sua intervenção como uma crítica, mas sim como uma opinião pedagógica.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu a questão colocada e referiu que, em relação ao motivo de não ser tudo divisões e de a máquina ser relativamente pesada, se está a falar da estrutura de uma Câmara Municipal com mais de 600 colaboradores. Portanto, com mais de 600 colaboradores, é natural que a estrutura seja densa e que necessite também, no âmbito do seu quadro governativo, no âmbito do organograma, de ter uma definição clara das responsabilidades e das áreas de atuação.

Relativamente às questões técnicas colocadas, do ponto de vista do sistema de normalização contabilística para a Administração Pública, referiu que, desde há meia dúzia de anos, talvez há cerca de seis anos, passou a ser aplicado o SNC-AP na Administração Pública, estando prevista a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão que é, no fundo, a tradicional contabilidade de custos. Agradeceu a questão colocada e referiu que, em relação ao motivo de não ser tudo divisões e de a máquina ser relativamente pesada, se está a falar da estrutura de uma Câmara Municipal com mais de 600 colaboradores. Portanto, com mais de 600 colaboradores, é natural que a estrutura seja densa e que necessite também, no âmbito do seu quadro governativo, no âmbito do organograma, de ter uma definição clara das responsabilidades e das áreas de atuação.

Relativamente às questões técnicas colocadas, do ponto de vista do sistema de normalização contabilística para a Administração Pública, referiu que, desde há meia dúzia de anos, talvez há cerca de seis anos, passou a ser aplicado o SNC-AP na Administração Pública, estando prevista a contabilidade orçamental, a contabilidade financeira e a contabilidade de gestão que é, no fundo, a tradicional contabilidade de custos, mas estas são questões muito técnicas e aquilo que está a abordar crê que seja relativamente aos conteúdos funcionais do regulamento do organograma.

**Conceição Carinhas (PS)**

Disse já ter estado numa estrutura com mais de 600 pessoas e era mais leve do que a que está a ser apresentada.

Clarificou que a contabilidade orçamental e a contabilidade de gestão já está

implementada em organismos públicos há muito mais anos, poderia não ter o sistema de normalização e o que refere é que a contabilidade de gestão de custos não deve ser vista nessa perspetiva há muitos anos. Reforçou que a contabilidade de gestão implica que tenha centros de custos e a cada centro de custos esteja associado um centro de proveitos, caso contrário, não consegue ter um resultado.

Concluiu dizendo que, se precisassem de apoio, também estava disponível para contribuir.

**Paulo Balau (PSD):**

Referiu que, quando o Senhor Presidente da Câmara referiu que houve a supressão de quatro elementos diretivos da Câmara Municipal, isso não significa que quatro pessoas tivessem sido despedidas, o que aconteceu foi que essas pessoas deixaram de exercer aquela função específica, mas continuam a desempenhar funções na Câmara Municipal sem aquela atribuição.

Disse que gostaria apenas de clarificar este assunto, porque estão munícipes a assistir e é importante que fique claro que não houve despedimentos e as pessoas continuam a trabalhar na Câmara Municipal.

**Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu o contributo avisado do Senhor Deputado Paulo Balau.

Referiu que, objetivamente, estão a mudar a estrutura de chefia, na forma como a organização se rege, não estão a colocar em causa qualquer posto de trabalho e foi importante o contributo anterior.

Disse que, para fazer a diferença no território, precisam de todo o talento existente na Câmara Municipal e, nesse sentido, vão unir esforços neste novo modelo organizacional que não tem uma mudança muito grande, tem apenas ajustes, prova disso foi as diferenças que evidenciou do ponto de vista dos dirigentes, das alterações efetuadas e das estruturas que tiveram oportunidade de analisar, nomeadamente ao nível das divisões e da forma como estão organizadas.

**Joaquim Farto (PS):**

Disse ter ficado com a ideia de que foi suprimido o Gabinete de Apoio às Empresas.

Referiu que não concorda que haja vários gabinetes, contudo, se os gabinetes não servirem desfazem-se, mas há pressupostos organizacionais, quase que filosóficos, e no seu entendimento não devem existir, mas desconhecia se tinha havido algum entendimento por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou se a decisão se devia a razões de natureza operacional ou de gestão de recursos humanos.

**Presidente da Câmara, Filipe Sales (PSD):**

Disse que acreditam muito que a qualidade de vida na nossa terra, para que as pessoas se possam aqui fixar, é existir emprego, essa é uma questão central e há que encontrar formas de atrair empresas, de fixar as empresas e de as empresas acreditarem que vale a pena investir em Peniche.

Referiu que, da informação escrita que é prestada à Câmara Municipal, perceberam que o Gabinete de Apoio às Empresas foi um gabinete formado na altura da Covid e que, entretanto, deixou de ter uma procura significativa, aliás, a área de intervenção e de competências desse gabinete é uma área relativamente reduzida que, no fundo, perceberam que existem associações a nível local que podem prestar o serviço semelhante àquele que era prestado no âmbito deste gabinete. Agora, de que forma se consegue verdadeiramente captar empresa, captar investimentos e gerar riqueza, é ter uma Câmara Municipal que receba bem um empresário, desde logo, um Presidente de Câmara que esteja disponível para os receber quase de forma automática, acreditam que esse é o melhor gabinete das empresas, uma Câmara Municipal onde exista um gabinete e uma Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que licencia todas as operações urbanísticas que, no fundo, qualquer atividade económica é, normalmente, precedida de um licenciamento urbanístico, e é necessário ter uma Câmara ágil a licenciar rapidamente, uma Câmara Municipal que tenha também uma boa relação institucional com outras entidades, nomeadamente as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Património Cultural, que são entidades onde, por vezes, é complexo as próprias empresas entrarem nesse meio, precisamos de uma Câmara Municipal que ajude a desbravar esse caminho.

Concluiu que o Gabinete de Apoio às Empresas deixa de estar circunscrito numa unidade orgânica e passa a estar transversal a todas as áreas no organograma, porque é este o ADN do executivo, a começar pelo Presidente da Câmara que nos primeiros 86 dias de mandato, aquilo que mais tem feito é receber e reunir com empresários e não abrir as portas do nosso território, mas escancarar as portas do nosso território ao investimento privado, porque precisamos muito de emprego.

**Deliberação n.º 10/2026:** Submetida a proposta (n.º 306/2026) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, bem como do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13) e pela Coligação Democrata Unitária (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Chega (3), aprovar a estrutura orgânica do Município de Peniche, nos seguintes termos:

A organização dos serviços municipais adote o modelo de estrutura hierarquizada, constituída por:

1 - Estrutura nuclear:

a) Dois departamentos municipais, dirigidos por dirigente intermédio de 1.º grau.

2 - Estrutura flexível, composta por:

a) 6, podendo ir até ao máximo de 7, unidades orgânicas flexíveis correspondentes a Divisões, dirigidas por dirigente intermédio de 2.º grau;

b) 2, podendo ir até ao máximo de 3, unidades orgânicas flexíveis correspondentes a Unidades, dirigidas por dirigente intermédio de 3.º grau;

c) 3, podendo ir até ao máximo de 4, unidades orgânicas flexíveis correspondentes a Núcleos, dirigidos por dirigente intermédio de 4.º grau;

d) 3, podendo ir até ao máximo de 4, unidades orgânicas flexíveis correspondentes a Coordenações, dirigidas por dirigente intermédio de 5.º grau;

e) 1, podendo ir até ao máximo de 3, unidades orgânicas flexíveis correspondentes a Áreas, dirigidas por dirigente intermédio de 6.º grau.

3 - Que o número máximo de equipas de projeto seja fixado em 2, competindo à Câmara Municipal a sua criação e ao Presidente da Câmara Municipal a respetiva conformação interna.

- Sobre o estatuto remuneratório dos cargos de direção intermédia de 3.º ou inferior grau:

a) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau é fixada na 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior;

b) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 4.º grau é fixada na 5.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior;

c) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 5.º grau é fixada na 4.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior;

d) A remuneração dos titulares de cargos de direção intermédia de 6.º grau é fixada na 3.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior.

4 - Nos termos do artigo 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, aos titulares de cargos de direção superior de 1.º grau e direção intermédia de 2.º grau sejam abonadas despesas de representação nos montantes legalmente previstos para o pessoal dirigente da Administração Central, com as correspondentes atualizações anuais.

## **12) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2026:**

A Assembleia Municipal passou à apreciação do décimo segundo ponto da ordem do dia, tendo usado da palavra os senhores adiante identificados:

### **Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Fez a apresentação da proposta, aprovada por maioria, na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de fevereiro de 2026.

### **Conceição Carinhas (PS):**

Disse que, na sua opinião, ao estar a elaborar o mapa de pessoal numa perspetiva futura, deve ser enquadrado o que se prevê e não estar constantemente a propor alterações, esta foi uma situação que verificou no mapa de pessoal que foi apresentado, além de outras considerações que deveriam estar no mapa de pessoal e que não estão, nomeadamente possíveis aposentações. Referiu que os mapas acabam por não ter enquadramento e suporte de forma a tornar a leitura mais simples.

### **Presidente da Câmara Municipal, Filipe Sales (PSD):**

Agradeceu referindo que registou a intervenção da Senhora Deputada Conceição Carinhas.

**Deliberação n.º 11/2026:** Submetida a proposta (n.º 307/2026) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (13) e pela Coligação Democrata Unitária (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Socialista (7) e pelo Partido Chega (3), aprovar a primeira alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2026.

**APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:**

**Deliberação n.º 12/2026:** Para efeitos de execução imediata, a Assembleia Municipal deliberou aprovar a presente minuta de ata, por unanimidade, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro.

**ENCERRAMENTO:**

Sendo uma hora e quinze minutos do dia vinte e oito de fevereiro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se irá lavrar a respetiva ata, com base na presente minuta.

**APROVAÇÃO:**

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 23 de abril de 2026, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

*(assinado no original)*

---

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

*(assinado no original)*

---